

MULHERES E DESIGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Jessica de Martins Sampaio¹

Ana Carolina Guerra²

INTRODUÇÃO

O trabalho sempre teve uma importância central na vida dos indivíduos, desde suas formas primitivas como a caça, plantio e colheita de alimento, anteriormente ao trabalho mercantilizado que se conhece nos dias de hoje. Porém, a ótica em cima do significado do trabalho foi se alterando com o passar dos séculos, e o trabalho que nos tempos primitivos era compreendido no sentido de emancipação, passou a ter um sentido mais negativo e ser mera mercadoria e estranhamento do trabalhador (Antunes, 2013b). Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo concomitantemente com as Revoluções Industriais houve um processo de

¹ Mestra em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. <http://lattes.cnpq.br/2505527175313819>. <https://orcid.org/0000-0001-5828-2547>. jessicamsampaio@gmail.com. Endereço para correspondência: Rua Luis Maselli, 86, Centro, Varginha, MG, Brasil. CEP: 37014-170. Telefone: (55 35) 999817810.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas. <http://lattes.cnpq.br/2437934753818244>. <https://orcid.org/0000-0003-3114-8203>. anacarolguerra@yahoo.com.br.

intensificação do quadro de exploração da mão-de-obra. O mesmo aconteceu na sociedade brasileira onde houve um processo de expansão capitalista dentro de uma realidade de hierarquia de classes que gerava desigualdades principalmente sociais (Bezerra, 2006) e uma organização do trabalho que tendia sempre para a degradação das condições de trabalho, através de meios como a terceirização, se intensificando nas últimas duas décadas do século XX com a disseminação mundial de práticas gerenciais pautadas no neoliberalismo, que se tornaram um modelo de base para as administrações brasileiras, tanto públicas quanto privadas.

Nesse contexto, a terceirização, se apresenta como um dos pontos principais deste processo, e, tem sua origem, caracterizada pela transferência de alguma atividade de uma organização para uma empresa terceira e pode adquirir duas formas: a organização substitui a produção própria pela compra de produtos de empresas terceiras; ou a organização transfere a responsabilidade de execução de alguns serviços internos (como limpeza e manutenção) para uma empresa terceira, sendo esta última o foco deste trabalho (Lisboa, 2004).

O crescimento da terceirização no contexto brasileiro esteve relacionado à intensa aplicação do modelo neoliberalista na administração nacional, o qual se consolidou gradativamente nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Neste contexto, diversos órgãos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) elaboraram pesquisas buscando demonstrar de maneira quantitativa as implicações da terceirização. Em uma pesquisa realizada pela cooperação entre os órgãos supracitados, foi possível observar que 26,8% dos trabalhadores no ano de 2014 eram terceirizados e tendo a remuneração média 24,7% inferior à remuneração dos trabalhadores contratados. Os resultados mostraram também que os terceirizados trabalham em média, 3 horas a mais por semana do que os contratados, além de ficarem 3,1 anos a menos no emprego, ou seja, os trabalhadores recebem menos,

trabalham mais e tem uma rotatividade maior (DIEESE/CUT, 2014). Isto demonstra que a precarização do trabalho e a flexibilização das relações atinge com maior intensidade os trabalhadores terceirizados, que se encontram em funções mais precárias e com remunerações menores.

Dentro das relações de trabalho que envolvem a terceirização é necessário observar ainda, como ressalta Antunes (2009), que há uma subdivisão de grupos onde existem os que estão em maior desvantagem como as pessoas negras, as pessoas imigrantes e as mulheres. Estas, em específico, enfrentam algumas dificuldades pautadas na questão da divisão sexual do trabalho que ainda são tão presentes na sociedade, como os menores salários, independentemente do setor de atividade (Neves, 2006). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que no ano de 2013 as mulheres receberam, em termos proporcionais, 73,5% do rendimento dos homens, dados que, quando cruzados com o fato de que trabalhadores terceirizados têm menores rendimentos, mostram que as mulheres terceirizadas estão em um dos patamares mais intensos de desigualdade. Além desta diferença de rendimentos, ainda persiste na sociedade um estereótipo de trabalho para as mulheres, chamado por Neves (2012) de “guetos ocupacionais” onde as mulheres ocupam funções de pouco prestígio, baixos níveis de remuneração e consideradas tipicamente femininas como secretárias, enfermeiras, funções de limpeza, dentre outras. Tais pontos são uma característica típica de sociedades construídas em cima de ideais patriarcais e que discriminam mulheres.

Assim, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão no mundo do trabalho, mas vão além deste, visto que são seculares as discriminações enfrentadas. É necessário compreender que as relações patriarcais que se desenvolveram desde os primórdios da sociedade sempre se pautaram na ideia de que existe uma hierarquia social, que coloca o homem como dominador e a mulher como dominada, a qual precisa necessariamente obedecer à figura masculina abrindo mão de sua própria liberdade.

Este tipo de relação negava à mulher o direito de pertencer a vida pública, tida como direcionada somente aos homens por estes serem considerados mais racionais e mais políticos, enquanto as mulheres deveriam cuidar somente da esfera doméstica, não podendo estar presentes em locais como escolas e também no mercado de trabalho.

Observando tais pontos é pertinente compreender como mulheres e trabalho, em suas diversas formas e significados, se articulam, visto que além das diferenças de funções e salários, ainda permanece uma hierarquia entre homens e mulheres onde o primeiro sempre é considerado superior (Neves, 2012).

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar as consequências da divisão sexual do trabalho dentre as trabalhadoras terceirizadas no campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

TRABALHO, EVOLUÇÕES E MODIFICAÇÕES

O desenvolvimento da humanidade como um todo, e dos seres humanos individualmente, é composto por diversos momentos. A instauração do ser social é precedida e impulsionada pela categoria trabalho, sendo esta uma relação orgânica entre os seres e a natureza. Tal relação criou necessidades não existentes anteriormente, como busca por melhores maneiras de interação com o meio e formas melhoradas de realizar o trabalho, gerando assim o aperfeiçoamento de técnicas instrumentais (Alves, 2005).

O trabalho já se mostra, desde este momento, central no desenvolvimento da humanidade. Entretanto, os avanços proporcionados pelo trabalho não estão restritos ao progresso das técnicas, mas também dos sentidos e da consciência dos homens (Antunes, 2013a). Existe assim uma relação de trocas, ao mesmo tempo em que o

trabalho permite o desenvolvimento das capacidades mentais, as mesmas, por sua vez, estimulam o aperfeiçoamento do trabalho.

A relação estabelecida entre trabalho e sociedade se torna perceptível quando analisados os fatores supracitados. Com o avanço dessa conexão, o trabalho foi se tornando cada vez mais social, sem perder seu significado de ação na qual o ser humano interage de diversas formas com a natureza (Marx, 2013). Ao se tornar mais social, esta categoria também engloba novas necessidades da humanidade (Prieb & Carcanholo, 2011), como a produção de vestimentas, criação de animais, plantações, construções, entre outras.

Mesmo após todas estas evoluções, a categoria trabalho se tornou e permanece como uma experiência e uma prática indispensável na vida dos seres sociais (Antunes, 2015). Ao se colocar como algo substancial para os seres sociais, o trabalho também se transforma na premissa para a existência dos mesmos, além de permitir o processo de humanização dos indivíduos (Antunes, 2015). A essencialidade do trabalho, no seu sentido de metabolismo entre o homem e a natureza, como humanização colocada por Marx (2013) se baseia na caracterização do trabalho como algo que, ao ser indispensável para o metabolismo entre a natureza e o homem, se torna essencial para a vida humana. Porém, com o surgimento das sociedades com classes sociais definidas, desenvolveram-se os sistemas mercantis e, posteriormente, o capitalista. Este último sistema se baseia em uma lógica de exploração dos trabalhadores por parte dos donos dos meios de produção. Antunes (2013b) coloca que o avanço de técnicas e das formas de pensar, presentes no progresso de diferentes civilizações, trouxeram consigo a mentalidade de dominação de um indivíduo que, além de planejar o trabalho, poderia também obrigar um terceiro a realizá-lo.

Ao criar esta relação de subordinação e, conseqüentemente, de exploração do trabalho alheio, há uma mudança nas relações sociais e do trabalho. Os que se tornaram

compradores da força de trabalho para produção de mercadorias, os capitalistas, passam a almejar benefícios dessa exploração. Este benefício se manifesta, principalmente, através da mais-valia, definida por Marx (2013) como uma parte do trabalho que é apropriada pelo capitalista. De maneira mais específica, o trabalhador permanece um certo período de tempo no trabalho e produz um número n de mercadorias (ou horas de serviços, no caso do capitalismo atual), porém seu salário é somente sobre parte desse tempo de trabalho e resultado da produção. O capitalista dono dos meios de produção se apropria de parte do que foi produzido, explorando e intensificando o estranhamento do trabalhador, pois o mesmo não percebe que ganha menos do que o valor criado pelo seu trabalho. Assim sendo, o trabalho toma a forma principal não de realização e humanização do indivíduo, mas sim a de produção de riqueza material (Prieb & Carcanholo, 2011).

Em um mundo onde o trabalhador não é mais dono do seu próprio trabalho, mas sim executor do que lhe é atribuído, o trabalho vira mercadoria. A mercantilização do trabalho retira-o da posse do trabalhador e transfere-o para a posse de quem oferecer uma quantidade de dinheiro, pois somente desta maneira é possível que o trabalhador sobreviva em uma sociedade onde tudo precisa ser comprado. Para que haja essa troca entre trabalho e dinheiro é necessário que se defina um valor em dinheiro para o trabalho e este valor se baseia no quão produtivo é o trabalho, ou seja, dentro da individualidade, o que o indivíduo pode produzir com aquele trabalho e quais são as forças utilizadas para tal fim (Antunes, 2013b).

Mas, a centralidade do trabalho nos dias atuais não perdeu seu vínculo com tal conceito de valor apresentado por Marx (2013). Logo, o trabalho na sociedade capitalista é essencial para a manutenção do sistema, pois se não existir o trabalho, não existem os lucros para os exploradores (Prieb & Carcanholo, 2011). Além disso, é através deste trabalho estranhado que se desenvolve, na sociedade capitalista, uma sociedade do consumo exagerado, a exploração da natureza e sua objetificação e a

instrumentalização das relações sociais (Maar, 2006). Entretanto, é indispensável ressaltar que a importância do trabalho na sociedade atual não está ligada a uma importância positiva para o indivíduo, visto que, como já foi citado, o trabalho atualmente é estranhado e foi desvinculado do seu sentido emancipatório.

Ao ser algo mais vinculado ao indivíduo e meio de produção de riqueza capitalista, o trabalho aparece estranhado ao trabalhador, como citado anteriormente. Esse estranhamento intensifica as desigualdades presentes nesse meio, onde o aumento da produção está ligado à degradação das condições de trabalho e do próprio trabalhador, que cada vez mais é explorado e se encontra distante daquilo que produz. Existe uma relação desigual de poderes, onde o trabalhador é diminuído quanto mais o trabalho toma força (Antunes, 2013a).

Essa intensificação da força do trabalho na sociedade capitalista em detrimento do trabalhador resulta, cada vez mais, em profissões e receituários econômicos que buscam precarizar ainda mais as relações, como no caso dos trabalhos flexibilizados, terceirizados e desregulamentados (Antunes, 2015). Colocar a força humana como mero instrumento de reprodução do capital atende aos objetivos do sistema, que são a constante obtenção de lucro por parte dos donos dos meios de produção. Assim, nega-se, cada vez mais, o sentido de humanização do trabalho (Alves, 2005) e a desumanização do trabalhador fica evidente nas novas formas de reestruturação produtiva, como a terceirização.

Essa pode ser definida como um processo onde uma empresa ou organização transfere a responsabilidade de execução de alguma atividade para outra empresa contratada, a qual fica responsável pela contratação de trabalhadores (Furno & Gomes, 2015). Porém, este processo carrega consigo uma finalidade econômica que busca diminuir os custos do trabalho possibilitando uma flexibilização maior por parte das empresas e conseqüentemente o controle da força de trabalho (Costa, 2012). Antunes (2009)

caracteriza o processo de expansão da terceirização como um aumento do número de trabalhadores de fábrica e de serviços marcado pelo trabalho precarizado que, no Brasil, acompanhou a tendência mundial durante a década de 1970, onde a expansão se deu além da restrição da CLT (Souza & Lemos, 2015). Além disso, é importante frisar que a terceirização está constantemente vinculada à precarização do trabalho, deixando claro que a primeira está sempre permeada pelas más condições de trabalho (DIEESE/CUT, 2014).

Assim, inicialmente, é necessário ressaltar que a terceirização, independentemente do tipo de órgão e de trabalho exercido, é uma promotora em potencial de condições análogas à escravidão. Para Filgueiras (2014) as condições análogas à escravidão são aquelas condições de trabalho que degradam o trabalhador e trazem jornadas que causam exaustão. Essas condições, se comparadas a algumas características da terceirização demonstra semelhanças entre ambos. Isso porque, os trabalhadores terceirizados, como relata o autor, são mais subordinados, vivem em constante medo de demissão por serem trabalhadores que já vivenciam uma realidade social precária, esforçando-se, assim, para trabalhar mais. Além disso, a existência de um ente negociador entre os trabalhadores e a organização contratante do serviço, além de extinguir o vínculo entre ambos, fragiliza a imposição de limites em cima das condições de trabalho. A cobrança acerca das condições de segurança do local de trabalho e dos trabalhadores torna-se abstrata, já que os mesmos não são funcionários da organização onde exercem suas funções (Severo, 2016). Filgueiras (2014) apresenta ainda alguns dados sobre os trabalhadores em condições análogas à escravidão:

Tabela 1 – Trabalhadores em condição análoga à de escravos no Brasil

| Ano | Dos 10 casos, quantos envolveram terceirizados? | Terceirizados resgatados | Contratados diretos resgatados | TOTAL de resgatados |
|-------|---|--------------------------|--------------------------------|---------------------|
| 2010 | 9 | 891 | 47 | 938 |
| 2011 | 9 | 554 | 368 | 922 |
| 2012 | 10 | 947 | 0 | 947 |
| 2013 | 8 | 606 | 140 | 746 |
| TOTAL | 36 | 2998 | 555 | 3553 |

Nota: Fonte: Filgueiras, V. A. (2014). *Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência?*. Recuperado em 07 abril, 2017, de <https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/terceirizac3a7c3a3o-e-trabalho-anc3a1logo-ao-escravo1.pdf>.

Os dados apresentados acima apontam, quantitativamente, a relação direta entre trabalho análogo ao escravo e terceirização. Observa-se que nos anos selecionados, em todos os casos, o número de trabalhadores resgatados era, em sua maioria, terceirizados, ocorrendo, também, um crescimento maior no número de trabalhadores terceirizados resgatados, somente havendo um decréscimo em 2013. Observa-se, também, que o quadro trata dos 10 maiores resgates do ano e que em quase todos os anos, todos estes resgates envolveram trabalhadores terceirizados.

Além disso, a institucionalização da terceirização na sociedade brasileira, acompanhando o processo de reestruturação, fez com que aumentasse o número de pequenas e médias empresas que buscavam oferecer serviços e produtos para as grandes empresas que, por sua vez, almejavam terceirizar algumas de suas atividades (Costa, 2012). Todo este processo visa, primeiramente, um maior lucro principalmente por parte da empresa contratante, pois, através da precarização do trabalho, ela consegue contratar o serviço por um preço muito menor do que aconteceria caso criasse o vínculo direto com os trabalhadores (Severo, 2016). A contratada, por sua vez, se beneficia dos vínculos pouco sólidos com os trabalhadores, baixa qualificação,

organização sindical fraca, entre outros aspectos que permeiam a flexibilização do trabalho (Costa, 2012).

Especificamente no caso da Administração Pública, esta relação é um pouco diferente. As instituições públicas que contratam empresas de terceirização não fazem isso para aumentar seu lucro, visto que este não é seu foco, mas sim para diminuir seus gastos. Além disso, a administração pública também se favorece da diferença de vínculo entre contratado e terceirizado. Este último pode ser demitido a qualquer momento ou transferido de instituição, tirando da instituição pública a responsabilidade pelo funcionário (Maior, 2006). Outra questão é que, muitas vezes, gasta-se mais para pagar uma empresa terceirizada do que se gastaria para contratar os funcionários diretamente. Isso porque, a empresa contratada, por sua vez, não repassa aos trabalhadores a diferença positiva nos ganhos (Maior, 2006).

Além destas constatações, a busca por uma nova organização e diminuição do Estado, influenciada por conceitos neoliberais, facilita a ação de grupos que visam utilizar a terceirização como uma das formas de corrupção, além da sonegação de impostos, manobras para burlar a CLT, entre outras formas. Surgem assim, no âmbito da terceirização, fraudes em licitações, tais como superfaturamentos, donos de terceirizadas que declaram falência para não pagarem direitos trabalhistas e depois abrem novas empresas, recontratando os mesmos funcionários, entre outras questões (Alves, 2011).

Estas trazem consequências diretas para os trabalhadores que compõem o quadro de terceirizados. Uma vez que, além de não serem reconhecidos com a mesma importância que trabalhadores contratados, os terceirizados têm seus direitos desrespeitados, gerando uma ideia de que pertencem a um nível inferior na estrutura do trabalho. Pertencer a este grupo faz com que os trabalhadores terceirizados tenham

seus direitos trabalhistas negligenciados, causando uma clara diferença entre os mesmos e os trabalhadores contratados.

Essas evidências de precariedade podem ser observadas na nota técnica publicada pela DIEESE (2017) que mostra que no Brasil, entre 2007 e 2014, a taxa de rotatividade entre os trabalhadores terceirizados se manteve por volta de 30% maior do que a dos contratados, enquanto os salários do primeiro grupo representavam aproximadamente 76% do salário do segundo grupo. Concomitantemente a isto, a sindicalização, que é uma forma de garantia e fortalecimento dos direitos dos trabalhadores, encontra diversos obstáculos neste meio, impossibilitando que haja uma representação forte e formal (Alves, 2007).

No âmbito mais subjetivo e também englobando os novos objetivos do capital, a terceirização promove uma nova organização do trabalho na sociedade, intensificando o estranhamento do trabalhador dentro do seu ambiente de trabalho. Se perde em um ritmo acelerado a consciência que permitiria ao trabalhador enxergar a si mesmo e seus colegas como uma classe (Alves, 2011). Não somente entre si, mas a pulverização geral que ocorre dentro das organizações que contratam trabalhadores terceirizados de diferentes empresas para exercer diferentes atividades, elimina qualquer noção de coletividade e, conseqüentemente, a organização dos trabalhadores, em busca de mais direitos e melhores condições de trabalho (Severo, 2016). Tais pontos mostram que a terceirização é uma estratégia moderna que busca enfraquecer as classes, expondo assim seu caráter ideológico (Alves, 2011).

Assim, os danos causados pela terceirização não são restritos às questões da coletividade, mas permeiam também o indivíduo. Quando há violação de direitos e o trabalhador terceirizado procura, sozinho, a Justiça do Trabalho brasileira, há uma dificuldade em identificar quem é seu empregador, já que a constante mudança de empresas e recontração de empregados torna cada vez mais abstrato quem de fato

deve ser responsabilizado. O caminho passa a ser percorrido então, findando a responsabilização da empresa e a cobrança de direitos se torna incerta (Maior, 2006).

Dificultar o alcance de direitos pelos trabalhadores terceirizados e o surgimento de uma noção de classe, anteriores ao capitalismo e reforçados por uma precarização inerente à terceirização, promove uma constante invisibilidade desse grupo, que ao se tornarem cada vez mais invisíveis, passam a não se reconhecer diante do seu trabalho (Severo, 2016). A ampliação da terceirização leva este quadro de precarização para um número maior da população de diversos países que a adotam.

Costa (2012), ao fazer um levantamento de pesquisas sobre a condição dos trabalhadores terceirizados, mostra que existe uma grande quantidade que sofre discriminação e humilhação dentro da empresa contratante, juntamente com um constante processo de perda de identidade como trabalhador. A invisibilidade dos trabalhadores no ambiente em que exercem suas atividades, já apontada anteriormente, influencia não somente as relações entre os próprios trabalhadores terceirizados e o indivíduo com a empresa à qual está vinculado, mas também as interações entre outros funcionários da instituição contratante do serviço. A diferenciação entre "terceirizados" e "contratados", manifestada muitas vezes através de atribuição de espaços, roupas e regimentos distintos a cada grupo, reforça a diferenciação entre pessoas que trabalham na mesma instituição, o que promove comportamentos discriminatórios por parte do segundo grupo (Severo, 2016).

Druck (2013), no seu estudo em que apresenta indicadores sobre a precarização do trabalho no Brasil, mostra esta nítida separação entre contratados e terceirizados. Há um sentimento de superioridade por parte do quadro efetivo da organização, enquanto os terceirizados são vistos como submissos a este grupo, algo relatado também pelos próprios trabalhadores na pesquisa de Brito, Marra e Carrieri (2012). Além disso, há um elevado índice de acidentes de trabalho e doenças relativas ao

trabalho entre os terceirizados, como aponta Severo (2016) onde os terceirizados são acometidos por doenças físicas laborais, como a Lesão por Esforço Repetitivo, e também transtornos mentais. Este quadro de doenças é outro resultado causado pela precarização do trabalho que atinge as atividades físicas e mentais realizadas pelos trabalhadores. Entre as causas das doenças psíquicas estão a extrema cobrança sobre os trabalhadores, a incerteza sobre salário (visto que muitos trabalhadores recebem por produtividade), cumprimento de metas, medo de demissão, entre outros. Já nos problemas físicos, as causas principais estão na ausência de atenção e cuidado com o próprio ambiente (por parte da contratante), com equipamentos de proteção e exposição a elementos químicos. Ambas as esferas, mental e física, por serem resultado de um descuido com a situação do ambiente de trabalho, estão ligadas à maior ocorrência de acidentes de trabalho com os diferentes grupos de terceirizados.

Os números mostram ainda que, no ano de 2014, o índice de afastamento por acidentes de trabalho entre terceirizados é de 9,6%, contra 6,1% nas atividades tipicamente contratantes (DIEESE, 2017). Além disso, dados da DIEESE/CUT (2014) problematizam quantitativamente as consequências da terceirização: a jornada de trabalho dos trabalhadores terceirizados é 7,5% maior do que os trabalhadores de setores tipicamente contratantes. Complementar a isto, observa-se que 78,5% dos trabalhadores de setores terceirizados ganham até 3 salários mínimos, contra 67,4% do outro setor.

Além de tais dados gerais sobre a terceirização no Brasil, é importante ressaltar que o processo de precarização do trabalho em que a terceirização está inserida engloba principalmente as minorias sociais como negros e mulheres (Alves, 2007). Especificamente, a força de trabalho feminina, como ressalta Alves (2007), é atingida igualmente pela precarização do trabalho, com o agravante da desigualdade entre homens e mulheres que permeia todas as relações de trabalho na sociedade. A terceirização, assim, gera danos específicos para as mulheres trabalhadoras que se

veem diante de uma precarização do trabalho realizado juntamente com a discriminação e desigualdade, já presentes em todos os setores e relações de trabalho. É necessário, portanto, compreender de maneira mais profunda, como se desenvolvem as relações entre homens e mulheres na sociedade do trabalho e quais são as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres presentes neste meio.

MULHER E RELAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Quando se fala sobre a importância da mulher no mundo do trabalho, inicialmente, a ideia principal é a de que este é um acontecimento recente, logo, de baixa complexidade ou talvez com poucos registros a serem apontados. Porém, é importante ressaltar um aspecto fundamental colocado por Orr (2011, p. 135) de que: “as mulheres são o coração da classe trabalhadora”. De forma a complementar este raciocínio, deve-se entender que as mulheres também são o coração da classe burguesa, visto que estas são essenciais para a manutenção dos burgueses, porém a classe burguesa explora a classe trabalhadora. Discorrer sobre a participação da mulher no mundo do trabalho exige retomar aos primórdios da sociedade, anteriormente à propriedade privada.

Engels, em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, coloca que, antes da formação da família e da propriedade privada como conhecidas atualmente, a mulher participava igualmente, ou até em maior proporção que homens, na realização de tarefas para a comunidade e na produção. Entretanto, a produção de excedentes e a necessidade de controle sobre o que era produzido pelos indivíduos resultou em divisões hierárquicas da sociedade, dentre elas a criação do conceito de herança e alteração dos papéis dos homens e mulheres. A partir deste momento, o trabalho dos homens começou a ser considerado mais central e o das mulheres secundário. Este processo se estendeu durante os séculos, como na Idade Média, onde as mulheres sofriam diversas formas de opressão.

A Idade Média, momento histórico muitas vezes ignorado dentro da discussão sobre desigualdades entre homens e mulheres, teve papel importante na construção da sociedade patriarcal. O primeiro marco dessa época que caracteriza a intensificação da exploração da mulher se deu com o decréscimo do número de nascimentos na Europa durante o século XVII. O controle da natalidade, conhecimento adquirido e repassado pelas mulheres, começou a ser visto como um problema que precisava ser sanado, pois o tamanho da população era considerado diretamente proporcional à riqueza da nação: quanto maior o número de indivíduos, mais rica aquela sociedade. E a maneira encontrada para isto foi o controle do corpo das mulheres que serviam como instrumentos de aumento da população e da força de trabalho (Federici, 2004).

Na transição para o capitalismo, o corpo feminino era objeto de exploração pelos homens e pelas instituições, obrigado a funcionar de forma a gerar mais trabalhadores. Houve, como ressalta Federici (2004), uma verdadeira escravização das mulheres para procriação, atendendo aos objetivos do início do capitalismo. A negação do direito sobre o próprio corpo agrega consequências negativas para a mulher e tal prerrogativa não deve ser naturalizada, pois a inferiorização feminina é fruto de uma realidade histórica que se intensifica com as involuções da sociedade (Reed, 2009).

Mesmo tendo sua posição alterada durante a história, as mulheres sempre desenvolveram atividades no mundo de trabalho cruciais para o funcionamento da sociedade. Considerando o papel fundamental da mulher e trazendo o foco para o capitalismo, é imprescindível compreender quais são as construções econômicas e sociais que permeiam o trabalho feminino após a transição para este modelo.

O capitalismo, considerado por Safiotti (1969) o momento mais avançado do modelo de sociedade baseado na propriedade privada, devido ao seu caráter inevitavelmente exploratório e promotor de desigualdades sociais, está em uma busca constante por esconder todas as injustiças sociais que causa. Muito mais que isso, as relações de

desigualdade e poder entre diferentes raças, religiões e outros, são um meio pelo qual a acumulação do capital se intensifica, visto que a exploração destes grupos é maior (Arruzza, 2015).

Focar em características naturais como sexo e raça é um meio encontrado pelo capitalismo para, também, esconder as desigualdades de classes e para acirrar as desigualdades entre indivíduos de outra forma. Dessa forma, no caso das mulheres, o modelo capitalista buscava reforçar os estereótipos femininos que já vinham sendo construídos nas sociedades passadas, como a subestimação da inteligência da mulher, atribuição de competências familiares exclusivamente à figura da mãe e esposa, entre outros. Com a acentuação dos valores de desigualdade que inferiorizam as mulheres, as mesmas poderiam ser “naturalmente” consideradas uma força de trabalho secundária que deveria ser direcionada aos extratos mais precários da produção (Saffioti, 1969), já que realizavam outros trabalhos na esfera doméstica.

Nesse caminho, uma das principais teorias que contribuíram para a compreensão empírica da organização econômica e social, de forma a considerar toda a dinâmica envolvida nas relações entre indivíduos, é a teoria marxista (Brown, 2014). Através de uma visão crítica, a teoria marxista permite analisar as relações sociais em sua totalidade, englobando todos os determinantes implícitos dessas relações. A busca não é por uma explicação baseada nas aparências superficiais, mas sim na base dos fatores sociais (Cisne, 2005). Além disso, este trabalho adota o entendimento de que o sexo faz parte da construção do indivíduo como ser social e ativo na sociedade, como colocam Duarte e Spinelli (2019), não se restringindo às características biológicas, mas agindo como uma forma de caracterizar homens e mulheres e seus respectivos papéis no mundo do trabalho.

A teoria marxista, assim, contribui para o entendimento da situação da mulher na sociedade, pois auxilia na quebra de opressões institucionalizadas e naturalizadas que

atingem as mulheres. E é somente a partir da evidenciação das bases e fenômenos que legitimam a subordinação feminina que se pode alterar a configuração social (Cisne, 2005).

Para o feminismo marxista, as análises primordiais dos escritos de Engels referem-se ao papel negativo das classes para as mulheres. A noção de que a divisão de classes, como já apontado anteriormente, não está presente em toda a história das sociedades, mas sim que se solidificou em um determinado momento, permitiu verificar como as estruturas sociais e econômicas se alteraram de forma a piorar a situação da mulher. A constituição de um núcleo familiar, onde a mulher exerce um papel de provedora das próximas gerações e que se submete ao homem, deve ser analisada como um fator que ultrapassa o ambiente privatizado (Santos & Nóbrega, 2004).

Assim, as contribuições apontadas da teoria marxista são fundamentais para a compreensão da situação da mulher na sociedade, porém é importante ressaltar, como retratam Moraes (2000) e Federici (2004), que tal teoria deve ser complementada por alguns aspectos conceituais. Isso porque, a opressão da mulher apresenta diversas dimensões, que dão a este modelo de dominação características específicas que ultrapassam os conceitos formulados por Marx e Engels. Existem várias formas pelas quais o capitalismo acentuou a opressão feminina. Saffioti (1969) utiliza os conceitos de superestrutura e estrutura para apontar como a ofensiva do capital se aproveitava de conceitos patriarcais como caminho para seu desenvolvimento. No âmbito da superestrutura, as mulheres tinham suas habilidades subvalorizadas apoiadas na justificativa de que, naturalmente, as mulheres são inferiores aos homens. No nível estrutural, a autora coloca que o avanço na produção não significava um avanço de postos pelas mulheres, muito pelo contrário, quanto mais a produção caminhava para um desenvolvimento, mais as mulheres eram direcionadas às funções precárias e menos valorizadas. Toledo (2001) complementa esta análise, mostrando que as associações que acontecem na superestrutura promovem uma relação lógica entre a

mentalidade dos indivíduos e as formas econômicas e sociais impostas, ditando os comportamentos de acordo com as regras de subvalorização e opressão feminina.

Neste contexto aparece a divisão sexual do trabalho, que é um conceito que engloba tal caracterização das mulheres como seres naturalmente direcionados à realização de certas atividades laborais e sociais, sendo estas atividades de menos prestígio e valorização. Não somente no mundo do trabalho formal, mas também dentro das relações acontece tal divisão onde tarefas são idealizadas de acordo com o que é entendido como culturalmente responsabilidade de homens e mulheres (Duarte & Spinelli, 2019)

Colocar as mulheres em situação de trabalho precário e subvalorizar suas funções é um meio pelo qual o sistema capitalista consegue extrair mais-valia em maiores proporções. A precarização ao envolver maiores jornadas, salários menores e trabalho mais intenso permite que mulheres realizem o mesmo trabalho que os homens, porém os gastos das empresas são menores. Intensificar a opressão das mulheres, colocando os próprios homens da classe trabalhadora como agentes dessa opressão, contribui, portanto, para a acumulação capitalista mais rápida e intensa.

Neste processo de avanço da acumulação capitalista principalmente durante o século XX, a sociedade foi se alterando, as indústrias começaram a aderir novas configurações nas suas cadeias produtivas através de uma maior divisão do trabalho e houve uma expansão do setor de serviços. Todas estas alterações eram caracterizadas por um aumento nas relações de subcontratação e precarização do trabalho, que atingiam principalmente as mulheres (Neves, 2012), as quais além de trabalharem em condições insalubres, tinham salários e estabilidade muito menores que dos homens. Saffioti (1969) mostra que as mulheres no ano de 1920 representavam 15,3% da mão-de-obra efetiva do país, com esse número subiu para 17,9% no ano de 1960. Entretanto, a

maioria destas mulheres ocupavam setores marginalizados ou que atendiam ao estereótipo definido para homens e mulheres.

Após a segunda metade do século XX as mulheres tendem a aparecer em maior proporção no mercado de trabalho (Furno & Gomes, 2015) em função de um processo de reestruturação capitalista que busca sempre uma mão-de-obra que historicamente esteja nas camadas mais desiguais da sociedade, a fim de poder oferecer menos direitos e menores salários (Araújo & Ferreira, 2009). Assim, desenvolve-se um processo de precarização do trabalho feminino que tende a reforçar, assim como no início do século, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, através do direcionamento de ocupações e ramos específicos ao grupo e mulheres (Sardenberg, 2004), que são os mais precários.

Apesar das mulheres se tornarem uma força de trabalho mais presente, ainda continuam sofrendo com o desemprego dentro de diversos setores, como mostra Guimarães (2001) ao apontar que entre os trabalhadores demitidos nos anos de 1989, metade das mulheres não conseguiram se inserir novamente no mercado de trabalho, contra 40% dos homens. Uma explicação possível para este processo é apontada por Guedes e Araújo (2011), como sendo a facilidade para reposição das funções com menores salários e mais precários, visto que os custos para demissão desses trabalhadores são menores. No decorrer dos anos 90 este panorama de desemprego se acentuou devido à crise do capital e das transformações na organização do trabalho, que atingiram com maior intensidade as mulheres e a população negra (Marques & Sanches, 2010). Apesar de uma queda, os dados mostram que a taxa de desocupação das mulheres nos anos 2000 foi sempre maior que a dos homens. Em 2004, 9,1% dos homens e 14,43% das mulheres encontravam-se nessa situação, porcentagem que diminuiu para 4,39% e 6,82% respectivamente, sem que se alterasse a diferença entre homens e mulheres (Melo, 2014).

Apesar das péssimas condições de trabalho, como baixos salários, maior índice de desocupação, observa-se um crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, como mostra o IBGE: entre 2000 e 2010 o número de trabalhadoras com 16 anos ou mais cresceu de 50,1% para 54,6%. Porém o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho não significa uma melhora no mesmo, uma vez que as mulheres continuam se inserindo em empregos informais e precários. Uma das evidências na permanência da precarização são os salários: em 2011 o salário dos homens com 11 anos ou mais de estudos era de R\$665,03 a mais que das mulheres, número que é ainda mais preocupante dentro do nível superior onde os homens recebiam R\$1.559,60 a mais que as mulheres (IBGE, 2012).

Duarte e Spinelli (2019) apontam que tais ocorrências se devem ao fato de que existe um padrão que determina o espaço a ser ocupado pelas mulheres, espaço este que não engloba posições privilegiadas. Quando há a quebra desse padrão, os rótulos decaem sobre as mulheres e a ideia de submissão e manutenção da posição de inferioridade perante o homem é reforçada através de mecanismos como baixos salários, profissões marginalizadas, dentre outras.

Em relação às ocupações, Melo e Sabbato (2011) observaram que no ano da pesquisa o setor de serviços respondia por 75,5% dos empregos femininos, além disso, 35% das mulheres tinham carteira assinada, e 75% das trabalhadoras nos subsetores de serviços recebiam até 2 salários mínimos. O aumento do número de mulheres no setor de serviço se comparado ao dos homens mostra como a força de trabalho feminina é direcionada a este ambiente: de 2003 a 2011 a porcentagem de mulheres trabalhando nos setores de serviços em geral subiu 4,4 pontos percentuais, enquanto para os homens este número foi de 2,68 pontos percentuais (IBGE, 2012).

Além de aumentarem sua presença no setor de serviços, atualmente as mulheres recebem, em média, 70% da renda masculina, permanecendo a desigualdade salarial

independentemente da posição ocupada (Neves, 2006; Pinheiro, Lima, Fontoura & Silva, 2016). A condição social que determina tais dados quantitativos vem da ideia de que a mulher deve ser subordinada ao homem independente da profissão, o que ocasiona uma desvalorização da força de trabalho feminina e consequentemente a desigualdade de identidades entre os grupos (Chies, 2010).

Dando continuidade a tais análises, o trabalho feminino, além das dificuldades já citadas, é permeado pelo imaginário de que as mulheres são mais limitadas que os homens e mais problemáticas por serem vistas como pessoas que necessariamente também têm obrigações dentro da família, como cuidar da casa e dos filhos (Chies, 2010). Isto contribui para o direcionamento das mulheres para as profissões mais precarizadas e com maiores índices de rotatividade, como é o caso das funções que exigem baixa qualificação (Furno & Gomes, 2015). Segundo Pinheiro *et al.* (2016), cerca de 60% das mulheres ocupadas estão inseridas em relações de trabalho precárias e quando observados os dados do IBGE (2014), nota-se que, no ano de 2010, 25,2% das mulheres trabalhadoras acima de 16 anos exerciam funções sem carteira assinada ou não remuneradas, contra 18,3% dos homens.

Comparar os dados sobre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma forma de evidenciar que a divisão sexual do trabalho favorece os homens e o mercado em si, visto que a manutenção da posição de dominação masculina depende de um mercado que reforça o padrão de discriminação para com as mulheres (Duarte & Spinelli, 2019). Fortalecer a desigualdade se torna, portanto, uma arma de dominação que cria cada vez mais obstáculos para a ascensão das mulheres rumo a um mercado de trabalho mais justo e sem disparidades.

É importante ressaltar ainda que a precarização do trabalho feminino foi seguida por diversas manifestações contra a reestruturação das formas de trabalho, como pode ser observado em 1975, com a definição deste como o Ano Internacional da Mulher pela

ONU, onde foram evidenciadas as condições de subordinação feminina e a necessidade de combatê-las (Neves, 2000). No Brasil, mais especificamente, ocorreram manifestações como o I Congresso da Mulher Metalúrgica em 1978, na cidade de São Bernardo do Campo e a criação, na segunda metade dos anos 80, da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única de Trabalhadores (CUT). Posteriormente, o PT adotou, em 1991, cota mínima de 30% destinados às mulheres nas direções partidárias (Abramo, 2010).

Apesar de tais manifestações, a precarização se manteve presente, sendo uma das suas maiores manifestações a terceirização dos serviços que dizem respeito principalmente à manutenção, vigilância e limpeza. Este último, ocupado em sua maioria pelas mulheres, reflete tanto a construção sexista que é feita na sociedade (Ouriques & Garbin, 2007), quanto o direcionamento de mulheres para funções mais precárias, a fim de atender aos interesses de exploração capitalista. A realidade da trabalhadora terceirizada, então, é permeada por diversos problemas não só econômicos como sociais.

Assim, para se discutir a questão das trabalhadoras terceirizadas é necessário entender que as mesmas enfrentam problemas que se somam e vão além do fato dos problemas por serem mulheres. O estereótipo criado em cima do papel de homens e mulheres, citado anteriormente, não é um agravante isolado no caso das mulheres terceirizadas. Estas trabalhadoras também sofrem com condicionantes de classe, como a baixa escolaridade, fruto da dificuldade de acesso ou permanência nas escolas.

Diversas pesquisas mostram que o nível de escolaridade das trabalhadoras terceirizadas é, em sua maioria, muito baixo. Souza (2012), ao realizar uma pesquisa com as trabalhadoras terceirizadas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) considerando variáveis sobre precarização e divisão sexual do trabalho, observou que mais da metade das entrevistadas tinha, no máximo, o ensino médio completo,

estando a maioria delas no grupo das que não terminaram o ensino fundamental. Este resultado se repete em diversas pesquisas (Andreato, 2016; Costa, 2015; Irber, 2016; Lisboa, 2004), sendo uma semelhança entre elas o fato de que nenhuma das trabalhadoras pesquisadas têm ensino superior incompleto ou completo. Apesar de não explorada detalhadamente, a ausência de trabalhadoras terceirizadas que ingressaram, mesmo que temporariamente, no ensino superior pode se apresentar como uma evidência da exclusão social que este grupo sofre. As trabalhadoras, em relação à educação, são afetadas por dois agravantes: primeiramente, estas mulheres, em sua maioria, não conseguem terminar os estudos porque precisam se dedicar integralmente ao trabalho desde muito cedo devido às necessidades familiares, como mostra a pesquisa feita por Silva (2012), onde 94% das trabalhadoras entrevistadas começaram a trabalhar antes dos 18 anos. No caso das que terminam o ensino médio, existe a dificuldade de acesso às universidades, pela falta de conhecimento sobre a oportunidade de ingressar em universidade pública, ou por problemas financeiros, entre outros, que fazem com que estas mulheres inevitavelmente sejam direcionadas para os trabalhos mais precários, como o terceirizado. Este quadro permite observar que, numa sociedade onde o nível de escolaridade é um forte indicador e determinante de condição social, as trabalhadoras terceirizadas pertencem aos estratos sociais mais precários.

Essas dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras não são restritas à educação, mas estão presentes também no âmbito econômico e social. As pesquisas analisadas mostram uma remuneração muito baixa das trabalhadoras terceirizadas, a qual, em sua maioria, não chega a um salário mínimo.

As consequências de um sistema que une exploração da classe trabalhadora e opressão da mulher são muito mais densas para as trabalhadoras terceirizadas e ultrapassam o limite da remuneração, estando presente também no âmbito familiar. Apesar de haver uma oscilação entre o estado civil das mulheres que trabalham no setor terciário, algo

é muito presente na vida da maioria das trabalhadoras: o trabalho que realizam em casa após chegarem do emprego. Além de terem trabalhos precários e baixos salários, as trabalhadoras terceirizadas precisam lidar com tarefas domésticas após chegarem nas suas casas, principalmente as que têm filhos e/ou são casadas (Costa, 2015; Irber, 2016; Lisboa, 2004; Silva, 2012; Souza, 2012).

Dados coletados por Silvestre, Ferreira e Amaral (2016), em uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mostram que as trabalhadoras terceirizadas da instituição destinam cerca de 15,8h semanais ao trabalho doméstico, enquanto para os trabalhadores terceirizados este número é de 2,6h. Esta dupla jornada de trabalho é característica de um sistema que considera a mulher como única responsável pelos afazeres domésticos. Silva (2012), em sua pesquisa sobre a situação das trabalhadoras terceirizadas de um hospital em Natal, Rio Grande do Norte, constatou que várias trabalhadoras argumentavam que os companheiros, mesmo os desempregados, se negavam a realizar tarefas domésticas justificando que esta seria uma função feminina. Uma situação que não se restringe à vivência das mulheres casadas, visto que muitas das trabalhadoras solteiras tinham a mesma rotina de tarefas domésticas, muitas vezes relacionadas ao cuidado de parentes. Fica claro que o estereótipo patriarcal está presente nesta situação onde as mulheres são vistas como responsáveis exclusivas pelas tarefas domésticas, mesmo que trabalhem e necessitem de tempo de lazer e descanso. Tanto Silvestre, Ferreira e Amaral (2016), quanto Souza (2012) constataram em suas pesquisas que os homens dedicam mais tempo às atividades de sono e lazer do que as mulheres. Silva (2012) mostra que, enquanto 62,5% dos trabalhadores têm momentos de lazer, estudo e descanso após o trabalho, somente 28% das mulheres fazem o mesmo. As mulheres, logo, trabalham mais, ganham menos e se divertem e descansam menos.

A terceirização como nova forma de participação feminina no mercado de trabalho acarreta, também, consequências negativas para a saúde das mulheres como

deterioração das condições físicas e mentais (Araújo & Ferreira, 2009). Além disso, há um agravamento dos problemas como assédio moral e sexual, vivenciado por diversas trabalhadoras que se acentua quando se trata das trabalhadoras terceirizadas que se encontram nos postos mais explorados pelo capitalismo.

Tais pontos indicam a existência de diversos problemas específicos que atingem as trabalhadoras terceirizadas e que estão relacionados tanto à precarização do trabalho e exploração do trabalhador, quanto às questões de desigualdade entre homens e mulheres. Entender tais relações é uma condição essencial para se compreender as diferentes formas de atuação da terceirização (Araújo & Ferreira, 2009). Assim, como ressalta Abramo (1996), é necessário ir além de dados estatísticos para compreender o que significa a presença das mulheres no mundo da reestruturação produtiva e precarização do trabalho, precisa-se também descobrir e entender quem são estas mulheres, o que fazem, de onde vem, em outras palavras, encontrar com a realidade do trabalho e suas múltiplas facetas afim de tratar as mulheres como pessoas e não apenas como números.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, que se caracteriza pelo processo de geração de dados através de “percepções, ações, crenças e valores” (Cedro, 2011, p. 129) dos indivíduos pesquisados. Como se busca compreender como se constrói o significado de trabalho e as relações entre homens e mulheres dentro do ambiente de trabalho das trabalhadoras terceirizadas, este caminho metodológico se mostra mais adequado. A pesquisa qualitativa aborda também os significados e razões que norteiam as decisões e ações dos atores sociais dentro do contexto no qual estão inseridos (Fraser & Gondim, 2004), uma questão de difícil abordagem em pesquisas quantitativas, por exemplo, devido à grande subjetividade envolvida (Boni & Quaresma, 2005).

Levantadas tais concepções e buscando atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras terceirizadas do Campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas – Unifal. Dados fornecidos pela Unifal em 2017 mostram que o número o número de trabalhadores terceirizados nos quatro campi da universidade, é de 353 trabalhadores, sendo 275 nos dois campi em Alfenas, 39 em Varginha e 39 em Poços de Caldas. Na unidade de Varginha, foco deste trabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizadas estão divididos em 10 funções³, onde as mulheres ocupam 16 vagas, sendo que cinco delas ocupam a função de auxiliar administrativa, uma é auxiliar de serviços gerais, uma copeira e nove são serventes de limpeza. Observa-se que as mulheres encontram-se divididas em apenas quatro das dez funções desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados no campus, estando concentradas nas funções de limpeza e administrativa.

Para esse trabalho, todas as trabalhadoras terceirizadas do campus Varginha foram contatadas, porém somente nove, sendo quatro auxiliares administrativas e cinco auxiliares de limpeza, se mostraram dispostas a responderem a pesquisa. A fim de manter a confidencialidade dos dados, as trabalhadoras foram identificadas com nomes fictícios inspirados em autoras feministas, sendo elas: Alexandra (Kollontai), Bell (Hooks), Helleieth (Saffioti), Evelyn (Reed), Simone (de Beauvoir), Clara (Zetkin), Mirla (Cisne), Sílvia (Federici) e Joan (Scott).

Assim, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que consiste em um roteiro de perguntas sobre o tema pesquisado, porém mais flexíveis, dando uma certa liberdade ao pesquisador no momento da pesquisa. A técnica de entrevista semiestruturada permite explorar melhor as crenças, valores e opiniões dos entrevistados possibilitando que o entrevistador acrescente perguntas no processo, que poderão auxiliar na pesquisa (Boni & Quaresma, 2005; Gill, Stewart, Treasure & Chadwick, 2008).

³ As funções existentes no campus de Varginha da UNIFAL são: Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Copeiro/Copeira; Eletricista; Jardineiro/Jardineira; Motorista; Porteiro/Porteira; Servente de Limpeza; Vigia diurno/noturno; Vigilante diurno/ noturno.

Durante as entrevistas, além do roteiro para direcionamento das perguntas⁴, foram formuladas novas questões baseadas no que foi levantado teoricamente sobre o tema, buscando sempre dar à entrevistada liberdade para discorrer sobre o assunto proposto. A habilidade de escutar o que as entrevistadas tinham para falar, retomando ao tema sempre que necessário, foi um ponto importante para o andamento da entrevista (Gill *et al.*, 2008) que foi aplicado sempre que possível, respeitando os pressupostos de que a condução deve ser a mais neutra possível buscando não enviesar as respostas recebidas (Duarte, 2002). É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas de forma individual, fora do ambiente de trabalho e destacando o anonimato das respostas, sempre buscando criar um ambiente de segurança e liberdade para as entrevistadas.

Após o término de todas as entrevistas, as mesmas foram organizadas e transcritas de forma a facilitar a interpretação dos pontos principais descritos pelas entrevistadas, sempre buscando manter a fidelidade quanto aos dados, de forma a não desenvolver interpretações errôneas sobre os discursos, algo essencial para a validade da pesquisa (Duarte, 2004). Organizadas, as entrevistas foram analisadas através da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso na perspectiva do autor Van Dijk.

Dentre os diversos autores que discorrem sobre ACD, como Norman Fairclough, Theo Van Leeuwen, entre outros, optou-se por um caminho na perspectiva de Van Dijk. Isso porque, Van Dijk analisa o discurso, principalmente, pela ótica da cognição social como uma forma de ligação entre o discurso e a sociedade. Ressalta-se ainda que a escolha por este autor se deu pela coerência entre as ferramentas que compõem esta abordagem e a proposta do trabalho. Este tipo de abordagem tem seu foco na análise dos componentes presentes nas falas e textos (Van Dijk, 1993) e quais são os significados produzidos pelos mesmos (Van Dijk, 1996), de encontro a proposta desse

⁴ Que se encontra no final deste trabalho.

trabalho de conhecer a percepção das trabalhadoras terceirizadas, em relação ao seu trabalho e às questões da divisão sexual do trabalho.

Além disso, para a compreensão dos significados presentes nos discursos, a ACD se utiliza da multidisciplinaridade não se limitando somente ao material verbal, mas expandido para gestos e ações não verbais. Assim, busca não só descrever os discursos, mas também explicar como e porque são construídos e como a dominação é reproduzida e legitimada no contexto social, como, por exemplo, no caso, a discriminação contra as mulheres que acontecem no ambiente de trabalho.

Observando tais questões e considerando o objetivo do presente trabalho, a ACD se mostrou como um caminho para entender de forma crítica o significado do trabalho para as trabalhadoras terceirizadas, sem que se desconsiderasse as questões sociais. Além disso, essa abordagem permitiu ressaltar as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras terceirizadas tanto no que concerne à questão de precarização do trabalho, quanto em todo o ambiente que envolve relações entre homens e mulheres. Por ter um caráter de combate às desigualdades, a utilização da ACD também foi uma forma de dar visibilidade a um grupo ainda muito invisível na sociedade, buscando fortalecer a luta contra este tipo de opressão.

TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS: A REALIDADE ATRAVÉS DOS DISCURSOS

O perfil das trabalhadoras terceirizadas é algo que reflete não só a condição dentro da instituição, como também a sua situação social, mostrando, muitas vezes, que as mesmas estão inseridas em um ambiente marginalizado, com difícil acesso à educação e a condições sociais melhores. De um total de nove trabalhadoras entrevistadas, quatro eram auxiliares administrativas e cinco auxiliares de limpeza, com idades que variavam entre 26 e 52 anos. Estes dados indicam que o trabalho terceirizado engloba todas as faixas etárias de mulheres, porém, quando analisados por função, é perceptível

uma disparidade entre as trabalhadoras. As trabalhadoras que atuam como auxiliares administrativas, uma função que exige menos trabalho braçal e é considerada como um trabalho mais intelectual, são aquelas que têm entre 26 e 36 anos. Já na função de auxiliar de limpeza estão as trabalhadoras com idade entre 27 e 52 anos. Isto pode indicar que as trabalhadoras mais jovens são preferíveis para funções que lidam mais diretamente com o público dentro da instituição, como os concursados, alunos e a comunidade externa, de uma maneira geral. Tal situação decai em um estereótipo, como levantado por Arruzza (2015), o qual coloca a beleza feminina (ligada, muitas vezes, à jovialidade) como uma característica que deve ser explorada pelo empregador.

Concomitantemente a estes dados, está também a escolaridade das trabalhadoras. Das nove entrevistadas, somente uma possuía ensino superior completo, seis possuíam ensino médio completo e, duas, ensino fundamental incompleto. A única trabalhadora que possuía ensino superior completo era auxiliar administrativa e, também, a representante da empresa terceirizada dentro da Unifal. As outras trabalhadoras que ocupavam a mesma função na instituição tinham ensino médio completo. As duas trabalhadoras que possuíam o menor grau de instrução ocupavam as funções de auxiliar de limpeza. Isto indica que existe, mesmo que indiretamente, uma hierarquia onde as que possuem menor nível de educação formal ocupam funções de menor prestígio. Além disso, é possível observar que o nível de escolaridade geral não ultrapassa o ensino médio, o que mostra uma dificuldade das trabalhadoras em conseguir se inserirem em um curso superior. Esta dificuldade pode ser enxergada como resultado da necessidade de trabalhar assim que a maioria é atingida, algo que acontece junto ao final do ensino médio, momento este onde a lei permite que o indivíduo trabalhe registrado e com todos os benefícios previstos na CLT. Além disso, muitas vezes as trabalhadoras, devido ao estereótipo que faz com que as mulheres tenham uma dupla jornada, não têm oportunidade de continuarem os seus estudos.

Em relação à formação da família e quantidade de filhos, foi possível observar que quatro entrevistadas são solteiras e não tem filhos, enquanto cinco entrevistadas têm filhos, sendo uma divorciada e o restante casadas. Dentre as entrevistadas que têm filhos, a quantidade destes variam entre 1 a 3. Por fim, a última questão colocada foi em relação a raça, onde foi observado que cinco entrevistadas eram negras e quatro brancas. O número de mulheres negras mostra que, como coloca Antunes (2009), este grupo compõe a maior parte das funções menos prestigiadas e está em desvantagem na sociedade, visto que as mulheres negras pertencem às duas minorias marginalizadas: os negros, que historicamente sofrem com o preconceito e discriminação que atingem âmbitos sociais e econômicos, e as mulheres que, historicamente, tem seus direitos negados e são atingidas pela discriminação presente na sociedade.

Especificamente sobre os discursos das trabalhadoras terceirizadas, é necessário pontuar, inicialmente que o trabalho, como relação orgânica entre homem e natureza, é algo essencial para a vida dos indivíduos. Porém, apesar de inicialmente o trabalho carregar um sentido de emancipação do indivíduo, houve uma mudança nesse sentido que gerou uma mercantilização da relação do ser humano com o seu trabalho, fazendo com que este permanecesse central à sociedade, porém que se afastasse do seu sentido positivo (Antunes, 2013b).

A relação mercantilizada do trabalho com o indivíduo pôde ser observada com clareza nos discursos das trabalhadoras terceirizadas quando questionadas sobre a motivação para começar a trabalhar:

Queria **conquistar minhas coisas**. (risos) [...] também **independência**, ajudar em casa. (Alexandra)

Então, assim, **para comprar as minhas coisinhas**. [...] Para ter mais independência... (Bell)

Na seleção lexical “conquistar minhas coisas” as trabalhadoras colocam o trabalho como uma forma de atingir um benefício material, ligado muito ao sentido de produção de riqueza material, como colocam Prieb e Carcanholo (2011). O trabalho realizado se afasta do seu sentido emancipatório e é permeado pelo estranhamento da trabalhadora, a qual não demonstra nenhum tipo de relação de sentido positivo com o trabalho realizado. O estranhamento, assim, está intimamente ligado à sociedade de consumo (Maar, 2006) e ao individualismo, manifestado no trecho pela utilização do pronome possessivo “minha”. Ao utilizar esta palavra, as trabalhadoras colocam suas conquistas materiais e individuais como motivação para o trabalho, excluindo deste seu sentido coletivo entre os indivíduos, manifestado também pelo sentimento de independência. Entretanto, é importante ressaltar que as trabalhadoras estão inseridas em uma sociedade onde a realização acontece, dentre outras formas, através do consumo, assim, consumir pode ser visto como algo positivo pelas trabalhadoras, não sendo possível transferir para as trabalhadoras a culpa por não refletirem sobre sua situação como trabalhadoras estranhadas de seu trabalho. A independência colocada tanto pela Alexandra, quanto por Bell, pode ser observada como uma microestrutura que compõe as metas das trabalhadoras. Ao relacionarem ganhos monetários com independência, percebe-se que existe um distanciamento de sua condição de grupo, onde o salário, um meio de troca entre o trabalhador e o capitalista, é visto como único caminho para o indivíduo se sentir realizado, intensificando a situação de estranhamento. Porém, do ponto de vista da relação patriarcal entre homens e mulheres, esta independência está relacionada à necessidade de um trabalho para se sentir livre da sua situação de subordinada à figura masculina do pai ou esposo. Assim, o discurso mostra que as trabalhadoras enxergam seu trabalho como um caminho para se conseguir emancipação.

Além da vontade de adquirir bens e a independência, algumas trabalhadoras colocaram a necessidade como motivação para começarem a trabalhar:

Assim, porque os meus pais não tinham condições, porque minha mãe apanhava café, meu pai trabalhava no posto de gasolina, depois ele ficou desempregado, aí **as coisas foram ficando muito difíceis**[...] o jeito que tem eu **ter que trabalhar**. (Evelyn)

Eu acho que, **necessidade**. (Mirla)

No primeiro fragmento é observável que a trabalhadora vem de uma família que passou por muitas dificuldades financeiras e isto ocasionou a necessidade de trabalhar. A seleção lexical “as coisas foram ficando muito difíceis” indica a existência de dificuldades financeiras progressivas. Este processo de piora nas condições sociais, considerando que esta trabalhadora, de acordo com os dados da pesquisa, começou a trabalhar no final dos anos 1990, pode se relacionar com o processo de reestruturação produtiva que se deu com maior intensidade durante os anos 90. As consequências negativas, como perda de direitos, intensificação da exploração do trabalhador através de menores salários e maiores jornadas, novas formas flexibilizadas de trabalho, entre outras, são características deste processo (Antunes, 2009) e levaram muitas famílias para a marginalização, sendo exploradas cada vez mais pelos capitalistas.

Ao se ver diante de uma situação onde o salário dos pais não era mais suficiente, a trabalhadora precisou começar a trabalhar, como mostra o trecho “ter que trabalhar”. O verbo “ter”, neste sentido, indica que algo externo, como explicitado acima, obrigou a entrevistada a começar a trabalhar, dando ao trabalho um sentido de inevitabilidade e não de vontade própria, situação que se repete com a Mirla, observável na palavra “necessidade” ao discorrer sobre o primeiro emprego. A necessidade que o indivíduo sente de um emprego assalariado é resultado de uma dominação intrínseca à luta de classes, pois ao surgirem as classes dominadoras e as dominadas pautadas no ideal de subordinação da segunda pela primeira, os trabalhadores enxergam na venda da força de trabalho o único meio possível de sobrevivência. Assim, as desigualdades surgem

para reforçar esse pensamento e cria-se um contingente de pessoas que só encontram futuro no assalariamento, base do capitalismo (Alves, 2005).

O capitalismo, na posição de um sistema que cria estereótipos e determina as condições dos indivíduos, também reforça uma relação de hierarquia entre o trabalhador e o capitalista. Tal relação, muitas vezes, é permeada por um sentimento de troca de favores entre o empregador e o trabalhador, onde o segundo se vê diante não de alguém que quer explorá-lo, mas sim de um benfeitor que lhe forneceu um emprego. Este sentimento foi expresso em alguns discursos:

Aí eu cobri férias durante 5 meses, **aí eles gostaram de mim e me chamaram de volta.** (Bell)

Eu fui cobrir férias de uma amiga minha [...] **Eles acabaram gostando.** (Joan)

Nas seleções lexicais “eles gostaram de mim” e “eles acabaram gostando” as trabalhadoras falam como pessoas em uma posição de subordinação. Dependem, portanto, do sentimento do empregador em relação ao trabalho que as mesmas realizam, o que poderia gerar um sentimento de frustração caso isso não acontecesse. Van Dijk (2015) traz contribuições importantes para esta relação de dominação entre dois atores: as trabalhadoras, minorias sociais, e os empregadores, exploradores da força de trabalho. No discurso analisado esta relação fica clara, pois o empregador é colocado na posição de definidor da situação da trabalhadora, exercendo assim seu poder social e seu poder de manter as desigualdades na sociedade. Juntamente com esta questão, o discurso também mostra que, sempre que as trabalhadoras vão se referir à empresa, utilizam o pronome “eles”, indicando que sempre que pensam em uma posição de poder, a figura masculina é colocada como imagem padrão de um cargo de chefia.

Apesar de indicadas para uma função específica e se virem na posição de dependentes do empregador, as trabalhadoras, durante as entrevistas, manifestaram a vontade de ter alguma outra função dentro da instituição:

Ah, eu queria **ir para o administrativo**. (Mirla)

Ah, eu queria... **passar para área administrativa**. (Alexandra)

Mirla e Alexandra revelam sua vontade de ocupar outra função dentro da instituição, na área administrativa, que é a função de outras trabalhadoras entrevistadas. Existe algo implícito nesse discurso das trabalhadoras ao manifestarem a vontade de ocupar outra função. O que está implícito, segundo Van Dijk (2001) também é importante para a análise e é permeado pelas crenças e ideais do enunciador. No caso analisado, está subentendido que as trabalhadoras não estão em uma função que gostariam de estar, necessariamente, pois existe a vontade de ocupar uma função considerada maior na hierarquia da instituição.

É possível, inicialmente, inferir que as trabalhadoras sentem a necessidade de ocupar uma função mais alta por existir no imaginário coletivo a ideia de que o sucesso profissional está ligado à sua posição em uma estrutura hierárquica. Assim, quando demonstram interesse em ocupar uma função diferente, hierarquicamente superior, as trabalhadoras podem estar relacionando esta função com mais prestígio e melhor salário. Entretanto, é necessário observar que em momento algum as trabalhadoras manifestam a vontade de pertencer a outras funções, como porteiro ou motorista, mesmo que estas funções tenham salários maiores do que a da função que ocupam atualmente. Segundo dados fornecidos para Unifal, o salário de um porteiro é de R\$1.243,84 e de um motorista é de R\$2293,70, enquanto das trabalhadoras da limpeza este salário é de R\$1.011,25. Neste caso, o salário do motorista se mostra maior, inclusive, que o salário de assistente administrativo, que é de R\$1.413,83. Mesmo com

tais constatações, as trabalhadoras não relatam planos de pertencer a estas funções. Isso pode ser uma indicação de que há uma aceitação, por parte delas, de sua situação como mulher no ambiente de trabalho, bem como as funções que a mesma deve ocupar, enquanto mulher, algo criado pela sociedade patriarcal que constantemente reforça os estereótipos sobre homens e mulheres (Arruzza, 2015).

Considerar uma função diferente pelo salário entra na discussão feita por Maar (2006) sobre como o trabalho perdeu sua subjetividade positiva no capitalismo. Assim, as trabalhadoras ao pensarem em funções diferentes decaem nessa ideia de que o trabalho realizado tem como motivação principal algo mercantilizado, útil para sua sobrevivência na sociedade (Antunes, 2013b).

Esse discurso de benefícios monetários proporcionados pelos salários também acontece quando as trabalhadoras são questionadas se gostariam de ocupar a função de concursadas:

Ter um cargo maior, né. Concurso **ganha salário melhor**. (Mirla)

Uma que eu vejo, assim, pela **melhora de salário**, né. Outra porque eu vou também estar **crecendo profissionalmente**. (Alexandra)

Estabilidade, né? (Sílvia)

As motivações para ocupar o cargo de concursada são, em sua maioria, monetárias. “Ganhar salário melhor” e “melhora de salário” deixam claros este ponto, pois a utilização da palavra “melhor” no discurso indica que a situação em que se encontram não é boa o suficiente, e que ocupar uma função diferente seria uma forma de conseguir maiores rendimentos. A utilização da palavra “estabilidade”, ainda uma característica dos cargos públicos, indica que o salário não é o único ponto importante, mas também todos os benefícios que um cargo concursado proporcionaria. A vontade

de ser um trabalhador estável na instituição também pode ser interpretada como uma manifestação do medo de ser demitida enquanto terceirizada, pois, como mostram dados da DIEESE (2017), a taxa de rotatividade dos trabalhadores terceirizados é 30% maior comparado aos contratados.

Posteriormente, apesar de apresentarem certo receio sobre falar do próprio ambiente, as trabalhadoras, em sua maioria, reconhecem a importância do seu trabalho na instituição:

No geral, **é fundamental** [o trabalho]. (Simone)

Meu trabalho na Unifal **é essencial**. (Mirla)

No primeiro fragmento analisado a utilização da palavra “fundamental” mostra que a trabalhadora tem consciência da importância do seu trabalho para a instituição, assim como Mirla quando a mesma utiliza a palavra “essencial”. Ambas entendem que, sem o trabalho que realizam, a instituição não funcionaria plenamente. Em um contexto de desvalorização cada vez maior das atividades mais precárias, manifestadas muitas vezes na nomenclatura do trabalho, como chamar a atividade terceirizadas de “atividades-meio”, é importante haver uma consciência entre os trabalhadores da importância do trabalho que realizam. Quando cientes da essencialidade do próprio trabalho, os indivíduos têm uma possibilidade maior de desenvolver uma mentalidade de classe e lutar para que seus direitos não sejam ainda mais negligenciados. Outros discursos mostram a mesma ideia:

Acho importante porque **cada um que chega, cada família, cada um deles eu penso que é um filho meu**. É gratificante para mim. (Joan)

Acho que é **bem necessário**, porque os **alunos precisam**, os **professores precisam**. (Sílvia)

No processo de valorização do trabalho, Joan, na seleção lexical “cada um deles eu penso que é um filho meu” remete ao sentimentalismo de trabalhar na instituição. Remeter à imagem do filho, trazendo uma outra pessoa para o discurso, mostra como a trabalhadora tem um envolvimento sentimental com seu trabalho, pois se coloca, como trabalhadora, na posição de mãe que está fazendo algo para o filho. A microestrutura que compõe esse discurso é de satisfação da trabalhadora, de um sentimento que remete às experiências individuais da mesma que são levadas ao ambiente de trabalho. Além disso, é possível extrair deste discurso uma relação de subordinação entre a trabalhadora e o ambiente de trabalho. Ao colocar os alunos como se fossem filhos dela, a trabalhadora enxerga uma relação de afetividade que mascara a exploração do seu trabalho e que se associa muito ao que era observado na relação entre a casa-grande e a senzala, onde as escravas que cuidavam dos filhos dos burgueses, mesmo recebendo tratamento degradante, desenvolviam um relacionamento afetivo com as crianças que cuidavam.

A segunda trabalhadora, primeiramente, utiliza a palavra “bem” ao relatar a necessidade do trabalho para dar intensidade à palavra posterior. Assim como as anteriores, esta trabalhadora também tem ciência da importância do seu trabalho e traz para seu discurso outros atores, como os professores e alunos, para exemplificar como existem inúmeras pessoas que dependem do seu trabalho na instituição.

As trabalhadoras, muitas vezes, também comparavam seu trabalho ao dos concursados ao discorrer sobre sua importância:

Eu vejo da seguinte forma: que se não... se a gente não fizer, vai ficar a desejar né? Então, assim, **essa função, ela tem prioridade.** (Alexandra)

A gente faz alguns serviços que **os servidores não fazem.** [Silvia, presente no momento da entrevista, interrompe dizendo: **bem mais do que eles**] (Helleieth)

Alexandra utiliza o termo “prioridade” para se referir ao próprio trabalho, discurso que complementa os analisados anteriormente. A função da palavra “prioridade” nesse discurso visa dar intensidade ao quão importante o trabalho é, colocando-o como algo que compõe os serviços essenciais da instituição. O segundo discurso tem um caráter mais comparativo com o trabalho dos servidores concursados. É evidente no fragmento analisado que quando a trabalhadora diz “a gente faz” e “os servidores não fazem”, a mesma cria um distanciamento entre nós e eles, dando sua opinião de que o trabalho dos terceirizados é diferente e complementar ao dos concursados. Helleieth, ao interromper a entrevista, buscou dar intensidade à opinião ao dizer “bem mais que eles”. Reforçar essa separação entre terceirizados e concursados, fruto de um individualismo e a instrumentalização das relações sociais (Maar, 2006), é negativo para o desenvolvimento de uma consciência de classe, necessária para combater o capitalismo exploratório.

Entretanto, é necessário compreender que dentro da sociedade existem classes sociais definidas, como apresenta Marx (2013), e que os concursados, por terem mais benefícios e salários maiores, detém maior poder econômico dentro da sociedade. Em uma sociedade onde o poder econômico está muito relacionado ao poder político, os concursados podem ser vistos como pertencentes a uma classe diferente da classe dos trabalhadores terceirizados, como, por exemplo, uma subdivisão da burguesia devido à sua posição de vantagem econômica dentro da sociedade. Entretanto, em uma forma mais ampla, todos os trabalhadores compõem a mesma classe dos que são, de alguma forma, explorados pelo capitalismo, pois os concursados não são donos dos meios de produção e não pertencem ao grupo dos milionários ligados às multinacionais e ao mercado financeiro. Assim, existe um antagonismo entre ambos os grupos que influencia as relações entre os mesmos, como pode ser observado no discurso de algumas trabalhadoras terceirizadas sobre a valorização recebida pelos trabalhadores de outras funções:

[sobre darem importância ao trabalho] Alguns sim, alguns não, **não é todo mundo.** (Simone)

[...] **ninguém olha para gente,** o pessoal **acha que a gente não existe.** Porque tem muita gente que precisa do meu trabalho, porque se eu não limpar um banheiro, você, um professor não consegue trabalhar. E tem gente que passa por mim e não fala um bom dia, um boa tarde, um boa noite, como que você está. Não precisa ficar conversando, um bom dia com educação não vai machucar não. (Mirla)

Apesar de apresentados apenas dois relatos, várias outras trabalhadoras foram incisivas na resposta negativa sobre a valorização do trabalho por outras pessoas da instituição. Porém, para que não fossem apresentados discursos muito repetitivos, optou-se por selecionar dois relatos relevantes.

Na seleção lexical “não é todo mundo” a Simone relata que um número limitado de pessoas reconhece a importância do trabalho terceirizado dentro da instituição. Mirla, por sua vez, percebe a invisibilidade com maior intensidade, como mostram os fragmentos “ninguém olha pra gente” e “acha que a gente não existe”. A invisibilidade das trabalhadoras terceirizadas é um agravante à condição de precarização (Severo, 2016), pois este tipo de situação é acompanhado por uma constante desvalorização do trabalho terceirizado como percebido pelas trabalhadoras entrevistadas. Criar um ambiente de depreciação do trabalho terceirizado acompanha a lógica capitalista de precarização do trabalho e marginalização dos trabalhadores, pois, desenvolver a ideia de que o trabalho terceirizado é inferior é um gatilho para aplicação de menos direitos e piores salários, degradando ainda mais a condição dos trabalhadores terceirizados.

Além do que foi evidenciado acima, as questões sobre trabalho e conceitos patriciais também foram abordadas. As trabalhadoras também foram questionadas sobre o

trabalho que executam em suas casas, principalmente o trabalho doméstico. Algumas respostas foram as seguintes:

“Então, eu no caso **já sou praticamente uma dona-de-casa**. Aí eu tenho lá a casa que mora eu e meu namorado, aí somos só nós dois. [...] Às vezes [as tarefas são compartilhadas], **a maioria é só eu**.” (Evelyn)

“[sobre realizar tarefa doméstica] **Sim, muito**. [...] [sobre compartilhar as tarefas] **Às vezes**.” (Alexandra)

“[sobre realizar tarefa doméstica] **Nossa Senhora, sim, sim!** [...] Só dever da minha filha, essas coisas, que meu marido ajuda, **agora serviço de casa tudo eu**.” (Joan)

No primeiro relato analisado a trabalhadora coloca “já sou praticamente uma dona-de-casa”, indicando que está próxima de se inserir no estereótipo da mulher que realiza todas as tarefas domésticas, da mulher como única responsável pela própria casa. Além disso, posteriormente a trabalhadora relata que o namorado, com quem ela mora, raramente compartilha as tarefas, sendo a maioria realizada pela trabalhadora, como mostra o fragmento “a maioria é só eu”. As outras duas trabalhadoras apresentam discursos semelhantes. Alexandra relata trabalhar intensamente em casa ao responder “muito” quando questionada sobre realizar tarefas domésticas, questão que acontece também com Joan que utiliza a expressão “Nossa Senhora” e repete “sim” duas vezes para dar intensidade à sua fala. Ambas também relatam que as tarefas não são compartilhadas e que, no caso de Joan, o marido ajuda somente à filha a realizar os deveres de casa.

Transferir todas as obrigações domésticas às mulheres vem, primeiramente, de um estereótipo (Arruzza, 2015) de que as mulheres têm habilidade natural para lidar com questões domésticas. Além disso, a vida doméstica ainda é uma forma de reafirmação

do papel masculino de dominador do núcleo familiar. Assim, atribuir unicamente à mulher, mesmo que trabalhadora, as responsabilidades das tarefas domésticas é uma forma do capitalismo se desenvolver, pois o mesmo se aproveita da reprodução da imagem da mulher dona-de-casa e objeto de criação de novos trabalhadores para reforçar as desigualdades que trazem consequências negativas para as mulheres (Federici, 2004).

Todos estes discursos indicam que as mulheres exercem uma dupla jornada, onde trabalham na instituição e posteriormente trabalham em casa, realizando tarefas domésticas diariamente. A dupla jornada ocasiona um cansaço excessivo nas mulheres, sendo um causador, muitas vezes, de muitas doenças físicas e psicológicas. Os trabalhos de Silvestre, Ferreira e Amaral (2016) e Silva (2012) mostraram como a dupla jornada atinge muito mais as trabalhadoras terceirizadas comparada aos trabalhadores terceirizados, sendo uma problemática muito ligada à questão sobre homens e mulheres.

Complementarmente às anteriores, as últimas questões abordadas foram se as trabalhadoras passaram por alguma situação incômoda por ser mulher e experiências de trabalho anteriores. Sobre o primeiro tópico vários discursos apontaram que existe um ambiente hostil para as mulheres:

“É... **brincadeiras pornográficas**, entendeu? Eu acho que... Já falei que não gosto desse tipo de conversa, desse tipo de brincadeira. [...] Ah, ainda faz, não faz às vezes comigo, mas faz com quem tá perto, do lado, **sempre acabo presenciando alguma coisa que não acho legal**, alguma conversa, **alguma brincadeira de mau gosto**.” (Clara)

“Ah **um pouco de assédio**, mas **nem está aqui mais, então está bem**.” (Simone)

Em seu discurso, Clara relata que presenciou brincadeiras de cunho sexual por parte dos homens com quem trabalha e que necessitou manifestar sua insatisfação para que as brincadeiras parassem de acontecer. Porém, na seleção lexical “sempre acabo presenciando alguma coisa que não acho legal”, a trabalhadora relata que, por mais que as brincadeiras não aconteçam com ela, ainda acontecem com outras trabalhadoras. A palavra “sempre” indica uma constância nos acontecimentos. A ocorrência de brincadeiras de cunho sexual por parte dos homens direcionadas às mulheres está ligada à liberdade sexual que é reforçada entre os homens e negada às mulheres. Enquanto aos homens é dado o controle sobre a própria sexualidade, as mulheres são vistas como não dignas de direito sobre o próprio corpo e sobre a própria sexualidade, algo que acontece desde os primórdios da sociedade, porém muito reforçado no período de caça às bruxas, onde as mulheres que não eram dominadas pelo Estado eram consideradas como bruxas que mereciam uma punição, como relata Federici (2004).

No segundo relato, a Simone coloca que sofreu “um pouco de assédio” e que a pessoa que a assediou “nem está aqui mais, então está bem”. Ao utilizar a palavra “pouco” para se referir ao assédio, a trabalhadora diminui a gravidade do que aconteceu, algo reforçado pela constatação de que o trabalhador assediador nem se encontra mais na instituição. O medo de ser mais incisiva quanto à acusação de assédio está presente no discurso, como pode ser observado na utilização do termo “está bem”. Ao dizer que está tudo bem após o episódio, a trabalhadora tenta colocar o acontecimento no passado. Este receio que permeia o discurso pode estar ligado ao fator de quem fala e sobre o que fala (Van Dijk, 1993), assim, a trabalhadora está falando como alguém no seu ambiente de trabalho a uma pessoa que não conhece, o que pode causar um desconforto ao tratar de um assunto delicado.

Ambos os relatos têm em comum o sentimento de poder do homem sobre a mulher. Ao realizarem brincadeiras sem a autorização das mulheres ou as assediarem, os

homens estão exercendo o poder social concedido por uma estrutura da sociedade patriarcal, onde o homem é visto como dominador e a mulher como dominada. Ao agirem desta forma, os homens reforçam a negação do direito da mulher sobre o próprio corpo, se colocando como os indivíduos que possuem a liberdade sobre o corpo da mulher.

Uma trabalhadora relatou ainda um caso mais grave, onde sofreu assédio sexual por parte de um colega de trabalho:

Eu **sofri assédio sexual** por um colega de trabalho. Terceirizado mesmo. Por eu ser mulher e por eu ser colega de trabalho. Ele ficou assim... **O que aconteceu DEPOIS do assédio**, não por ele ter assediado, **foi o julgamento** dos colegas, para mim foi triste. [...] Como se eu tivesse culpa, exato. E eu não tive culpa. [...] [sobre ter apoio] Não, algumas sim, né porque quem presenciou... depois tiveram uns questionamentos aqui, **porque depois ele perdeu o emprego e achou que eu tinha influenciado. Acharam que não tinha necessidade** disso. [sobre denunciar] Não. **É um processo muito longo**, aí você tem que provar, você tem que ir contar tudo que aconteceu, aí prejudica no ambiente de trabalho, **a pessoa pode ir atrás da gente**, a pessoa tem acesso a minha rotina. Fiquei com mais medo (Mirla).

O caso relatado por Mirla foi o mais grave de todos os discursos. A trabalhadora relata que sofreu assédio sexual e que as consequências do assédio contribuíram para que o acontecimento fosse traumatizante. Na seleção lexical "O que aconteceu DEPOIS do assédio" a trabalhadora busca enfatizar que, além de ter sofrido com a situação, teve que lidar com os problemas posteriores. Estes problemas estavam ligados aos julgamentos.

Este discurso mostra claramente como a sociedade ainda julga a mulher, mesmo que esta seja a vítima de uma situação de assédio. A trabalhadora, primeiramente, teve sua individualidade invadida por um colega de trabalho, também terceirizado. Esta situação

é uma manifestação de que é socialmente construída a imagem da mulher dominada e do homem dominador, o qual se sente na liberdade e no direito de exercer seu poder sobre, principalmente, o corpo feminino. A construção de uma sociedade patriarcal, reforçada pelo capitalismo (Saffioti, 1969) permite que estas situações ocorram, visto que as desigualdades são benéficas para o desenvolvimento de uma sociedade tomada pelo sentimento de individualidade onde os homens, nas relações com mulheres, têm um comportamento de dominador servindo de instrumentos para o capitalismo avançar através da desvalorização da figura feminina. O julgamento dos colegas, como retrata a trabalhadora, é fruto de uma consciência coletiva de que a mulher, de alguma forma, é culpada pelo acontecimento, pois, segundo a lógica patriarcal, a sexualidade masculina é algo natural e incontrolável para os homens, logo, se ele agiu dessa forma com a trabalhadora, ela deve ter provocado de alguma forma. Após o trabalhador ter sido demitido, a trabalhadora continuou sofrendo julgamentos que a culpabilizam pelo ocorrido, reforçando ainda mais a ideia de que a mulher é culpada pelo assédio que sofreu, e não a vítima.

Além da culpabilização sem motivo, a trabalhadora se viu diante de uma situação onde sentia medo de denunciar o assediador. A seleção lexical “é um processo muito longo” mostra que existe um processo muito burocrático para denúncia de assédio sexual. Juntamente a este longo processo, a trabalhadora relata ter medo de sofrer perseguição do assediador, indicando que não existe nenhuma proteção institucional para casos como este, deixando a mulher com o trauma do assédio e, ao mesmo tempo, desprotegida.

As experiências de trabalho anteriores das trabalhadoras também são compostas por estereótipos sexistas construídos na sociedade, como pode ser observado nos discursos:

Estagiária de advogado, **balcão, nas vendas**. (Helleieth)

Minha experiência de trabalho anterior é **vendedora**. (Simone)

Trabalhei **em comércio**. (Mirla)

As experiências de trabalho anteriores das trabalhadoras unem o estereótipo sexista com o trabalho precarizado. As trabalhadoras Helleieth, Simone e Mirla apontaram que trabalharam no comércio, como atendentes, antes de trabalharem como terceirizadas. O setor de comércio, devido ao seu caráter de relação direta com o público, muitas vezes explora a imagem estereotipada da mulher como alguém dócil, com capacidade natural de lidar com pessoas e beleza física inerente para alcançar seus objetivos de lucro. Esse estereótipo, como coloca Arruzza (2015), atinge negativamente as mulheres, visto que promove uma inferiorização da figura feminina, fruto de uma cultura patriarcal de dominação masculina. O estereótipo nas profissões é manifestado por outras trabalhadoras:

Eu estava **trabalhando de diarista** e eu trabalhava de auxiliar de produção. (Evelyn)

Atendente e enfermagem. (Silvia)

Eu já trabalhei no café, **balcão**. (Joan)

O trabalho de diarista, relatado pela Evelyn, é uma reprodução da vida doméstica no trabalho da trabalhadora. Mesmo adentrando o mercado de trabalho, a trabalhadora passou a exercer uma profissão que explora o estereótipo de que a mulher tem habilidades naturais para lidar com questões domésticas. Nos outros dois discursos é possível enxergar, também, tais estereótipos, como nas seleções lexicais “atendente”, “enfermagem” e “balcão”. Todas estas profissões são direcionadas às mulheres baseado na ideia de que as mulheres têm maior habilidade para lidar com pessoas e, no caso do trabalho como enfermeira, existe a noção de que as mulheres devem ser direcionadas

os postos onde é necessária habilidade para cuidar de pessoas, outro papel ligado ao estereótipo sexista (Arruzza, 2015). Tais estereótipos são uma forma encontrada pelo capitalismo para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres criada pelo patriarcado moderno. Através da intensificação das desigualdades, o capitalismo pode explorar a mão-de-obra feminina mais intensamente, visto que a mesma é considerada secundária (Saffioti, 1969). Além da questão patriarcal, há o histórico de trabalho precarizado relatado pelas mulheres. Todas as profissões citadas até então são permeados por baixos salários e altas jornadas, como mostra o relatório da DIEESE (2010), ao levantar que os trabalhadores do comércio nas regiões metropolitanas do Brasil trabalham, em média, 46 horas por semana e recebem, no caso das mulheres, em média R\$4,00 por hora, sendo este valor 88,5% do salário dos homens.

Os estereótipos permaneceram quando as trabalhadoras foram questionadas do motivo de escolherem trabalhar na Unifal:

Eu **gosto da área de limpeza**. (Alexandra)

Ah, não sei, acho que **é um dom mesmo**, viu? Já trabalhei, assim, já em restaurante, padaria, mas **eu gosto mesmo é da limpeza**. Sempre gostei. (Evelyn)

O primeiro emprego meu, na verdade, **eu comecei com 16 anos de idade**. Aí depois eu casei, depois dali um ano e pouco tive filho, **aí parei para eu cuidar do meu filho**. [...] Voltei agora com quase 50 anos. (Bell)

É perceptível nos dois primeiros fragmentos que as trabalhadoras estabelecem uma relação de naturalidade com o fato de gostarem de trabalhar como auxiliares de limpeza. Na seleção lexical “é um dom mesmo” a trabalhadora busca colocar como inerente à sua figura como mulher a habilidade dentro da área de limpeza. Nesse momento, o estereótipo sexista se repete e no discurso há uma cognição social (Van

Dijk, 1993) do papel natural da mulher na sociedade. A naturalização da ideia de que as mulheres são mais habilidosas com tarefas domésticas é, como retrata Federici (2004), uma construção histórica que serviu como alicerce para o desenvolvimento do capitalismo em cima da lógica do patriarcado moderno. Atribuir funções domésticas e reprodutivas exclusivamente às mulheres é uma forma de privatizar a vida dessas mulheres colocando-as a serviço do capitalismo. No relato de Bell é perceptível como ela foi mais responsabilizada pela situação ocorrida com o filho. Em um primeiro momento, ela aponta que começou a trabalhar antes dos 18 anos de idade, algo comum entre trabalhadoras terceirizadas, como mostra a pesquisa de Silva (2012). Posteriormente, a trabalhadora relatou a necessidade de sair do emprego para cuidar do filho. No discurso “aí parei para eu cuidar do meu filho” é perceptível, através da análise do “eu cuidar”, que não houve uma terceira pessoa como ajudante deste processo, indicando que a trabalhadora sozinha teve que lidar com as consequências do nascimento do filho. A exclusão desta mulher do mundo do trabalho motivada por questões familiares remete à reflexão feita por Federici (2004) que diz respeito à exclusão das mulheres dos postos de trabalho a fim de confina-las em casa para atender aos interesses reprodutivos do capital e da figura do patriarca. Todas essas questões mostram como a exclusão das mulheres trabalhadoras está muito presente na sociedade brasileira e precisa ser evidenciada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos importantes merecem ser levantados, ao final deste trabalho. Inicialmente, no que se refere ao perfil das trabalhadoras terceirizadas entrevistadas, cujas idades variam entre 26 e 52 anos, estando as trabalhadoras mais jovens concentradas nas funções de auxiliar administrativo, enquanto na função de auxiliar de limpeza estão as mulheres com idades mais variadas, sendo a maioria as mais velhas. Além da idade, foi analisado também o nível de escolaridade das trabalhadoras, que foi, em média, o ensino médio completo, sendo que das nove entrevistadas, somente

uma trabalhadora tinha ensino superior completo e era também a que ocupava a função de representante da empresa terceirizada. As trabalhadoras que não tinham o ensino fundamental completo eram, ambas, as com idade mais avançada.

Isto foi um indicativo de que a precarização do trabalho tende a atingir as mulheres com escolaridade mais baixa, o que está relacionado, muitas vezes, à idade mais avançada, devido ao fato de que as políticas públicas de ampliação dos ensinos básico, médio e superior são recentes e acabaram atingindo mais efetivamente as trabalhadoras mais jovens, que saíram mais recentemente da idade escolar. Só estes dados já mostram como é necessário que existam políticas públicas que atinjam estas mulheres, pois, infelizmente, se o indivíduo não nasce favorecido socialmente, a melhora na situação financeira só acontecerá através de sorte (o que é raro acontecer) ou através do ensino formal de qualidade, principalmente do ensino superior. Isto também mostra o impacto da divisão sexual do trabalho que determina que as mulheres devem ser responsáveis pelas tarefas familiares e domésticas. Mesmo que as políticas públicas de ensino sejam revistas e ampliadas, muitas mulheres não teriam tempo o suficiente para se dedicarem aos estudos, sendo necessário uma reflexão acerca das possibilidades oferecidas para a diminuição da carga de trabalho formal e informal que decai sobre as trabalhadoras brasileiras.

Sobre o significado do trabalho, as trabalhadoras em sua totalidade relacionaram o trabalho com os benefícios monetários que o mesmo pode proporcionar. Quando questionadas sobre o primeiro emprego, as principais respostas foram a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar e a vontade de ter o próprio dinheiro para suprir as necessidades pessoais. Nenhuma trabalhadora colocou o trabalho como uma forma de se emancipar ou se realizar como indivíduo fora da via monetária. Isto mostrou a presença de um estranhamento entre as trabalhadoras que não enxergam o trabalho como algo emancipatório, mas somente como um caminho inevitável para conseguir melhorar de vida financeiramente. É importante ressaltar, neste momento,

que a lógica capitalista se insere na vivência das trabalhadoras sem que haja muitas possibilidades de resistência, pois a ideia de trabalho como algo emancipatório é colocado em pauta ainda em locais muito específicos, como as universidades e os movimentos sociais que tratam sobre o tema e que, muitas vezes, não tem condições de atingir tantos trabalhadores quanto seria necessário. Quando os resultados da pesquisa mostram que as trabalhadoras vivenciam um trabalho alienado, isto não significa que existe um processo de escolha onde as trabalhadoras negaram o caminho da emancipação e escolheram o caminho de supervalorização do dinheiro, mas sim que não lhes foi dada condições para refletirem sobre sua situação como mulher e como trabalhadora. Assim, é essencial que não se olhe para as trabalhadoras como pessoas fúteis ou pouco inteligentes por não refletirem sobre sua situação, mas sim como vítimas de um sistema que, com o objetivo de se manter vivo, não oferece escolhas aos indivíduos. Este mesmo sistema é determinante no processo de constituição do imaginário da mulher sobre si mesma. Enxergar o trabalho como meio apenas de “complementar” a renda da família faz com que as mulheres se sintam apenas parte da construção da própria vida, e não como o indivíduo principal e determinante.

Atrelado a isso, ao discorrerem sobre o próprio trabalho, as trabalhadoras colocaram como enxergam a importância da tarefa que realizam, para a instituição. Todas as trabalhadoras relataram compreenderem a importância do seu trabalho para a universidade, utilizando, muitas vezes, a palavra “essencial” e “fundamental” para descreverem suas atividades. Porém, as trabalhadoras manifestaram que muitas pessoas não veem o trabalho dos terceirizados com a mesma importância, o que mostra haver um ambiente composto por um sentimento de superioridade por parte de alguns trabalhadores que não são terceirizados, o que pode acarretar em uma relação de exclusão e preconceito com os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Entretanto, há que se destacar como positivo que as trabalhadoras valorizem as tarefas que realizam dentro da instituição e valorizem seu trabalho de uma maneira geral. Isso

porque, quando é atribuído ao trabalho este nível de importância, as trabalhadoras tornam-se mais suscetíveis a considerar sua presença na instituição como algo que não merece qualquer tipo de tratamento pelas pessoas ali inseridas. Este se torna um caminho para a resistência a situações de discriminação de uma maneira geral, apesar de haver instituído, também, um clima de medo de demonstrar insatisfação sobre ocorrências dentro do trabalho. A relação de hierarquias entre funções que foi observada na pesquisa ainda é preocupante justamente porque as prejudicadas nesta situação são sempre as trabalhadoras terceirizadas. E este comportamento por parte dos funcionários concursados é o que o capitalismo espera que aconteça para se consolidar dentro de uma sociedade. Primeiramente, a desunião entre classes inviabiliza manifestações que poderiam derrubar tamanhas distâncias sociais. Em segundo lugar, quando há um processo tão sólido de hierarquização, a definição de papéis baseada na desigualdade torna-se algo cada vez mais inquestionável e favorece a manutenção dos problemas que são sofridos pelas trabalhadoras terceirizadas. Deve-se olhar para este tipo de relação de uma forma que englobe não só questões acerca da consciência de classe, mas também das consequências individuais para as trabalhadoras. Quando estas, de uma maneira geral, estão inseridas em um ambiente onde existe uma separação muito grande entre pessoas que ocupam o mesmo espaço, acarretando até em situações discriminatórias, isto pode ocasionar consequências psicológicas para as trabalhadoras discriminadas, pois o clima hostil pode criar uma tensão que atrapalha o desenvolvimento das mesmas dentro daquele ambiente.

Especificamente sobre terceirização foi abordada a relação das trabalhadoras terceirizadas com trabalhadores de outras funções. Foi recorrente nos discursos o sentimento de exclusão e invisibilidade por parte das entrevistadas, que manifestaram o tratamento diferente advindo dos trabalhadores concursados de uma maneira geral. O resultado deste trabalho deixa mais que evidente como a discriminação ainda é muito presente dentro da Unifal e que as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados podem estar na posição de invisibilizados. É necessário que a instituição se posicione

diante destas questões e aja efetivamente para diminuir a ocorrência de tais situações, visto que as consequências de um ambiente de discriminação atingem a qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores. Porém, o posicionamento da instituição não deve ser pontual ou com tempo determinado, mas algo constante e cada vez presente, visto que o relacionamento entre concursados e terceirizados irá existir até que um novo modelo apareça. Sendo assim, algumas medidas sugeridas seriam a criação de atividades internas que quebrassem o distanciamento entre os diferentes trabalhadores da instituição, como o compartilhamento de locais comuns (cozinhas, áreas de lazer, dentre outros). Além disso, os trabalhadores terceirizados precisam de um lugar seguro e confiável para manifestarem qualquer tipo de discriminação que sofrerem, afim de que os trabalhadores concursados sejam conscientizados e sensibilizados sobre a realidade de pessoas com as quais compartilham o espaço de trabalho.

Os discursos das trabalhadoras também foram permeados por características de uma sociedade patriarcal quanto à vivência de situações incômodas por serem mulheres. Primeiro, as experiências de trabalho anteriores também agregaram muitos estereótipos sexistas. Em sua maioria, as trabalhadoras, antes da terceirização, estavam empregadas em atividades tipicamente femininas, como comércio, limpeza ou enfermagem. Além disso, algumas trabalhadoras relataram ter sofrido assédio ou presenciado brincadeiras sexuais por parte dos homens da instituição. Outras trabalhadoras, por mais que não tenham vivenciado, têm a consciência de que esta é uma realidade feminina que pode acontecer a qualquer momento. O relato mais grave sobre assédio foi de uma trabalhadora que sofreu assédio de um colega de trabalho e, que além de ter medo das consequências da denúncia, recebeu pouco apoio dos próprios colegas de trabalho, que chegaram a culpá-la pela demissão do assediador. Estes acontecimentos demonstram que no ambiente de trabalho das terceirizadas também existe uma noção, por parte dos homens, de que a figura feminina é propriedade masculina e que os homens têm um poder sobre a mulher que pode ser exercido a qualquer momento, o que ocasiona consequências negativas para as

mulheres que são abusadas, intimidadas e invadidas. Estes pontos mostram que o machismo é um problema muito presente na realidade das trabalhadoras terceirizadas e que ações externas devem ser realizadas para conscientizar tanto as mulheres, quanto os homens da instituição. O sofrimento destas trabalhadoras assediadas não pode ser tratado com distanciamento ou como um reflexo natural da sociedade machista e patriarcal, mas sim como um problema que necessita de intervenção com certa urgência. Não se pode esperar que mais trabalhadoras sejam assediadas e constrangidas para que se tome uma iniciativa quanto ao problema. Uma das formas de intervenção, como já foi citado, seriam ações de conscientização destes trabalhadores e trabalhadoras quanto ao problema do assédio. Além disso, é necessário que se crie um ambiente acolhedor para que as mulheres não tenham medo ou receio de denunciar os assediadores, visto que ainda permanece, também, uma cultura de culpabilização da vítima.

Muito se pode extrair desse sentimento de assédio eminente vivenciado pelas trabalhadoras. Um ambiente de trabalho que não passa a sensação de segurança para as trabalhadoras é um ambiente hostil que, conseqüentemente, dificulta a criação de uma sensação de pertencimento. O mundo do trabalho já é, na sua essência, discriminatório e excludente para as mulheres. Quando situações de assédio acontecem, só se reforça que a mulher não pertence àquele ambiente, ou, mesmo que pertença, não é bem-vinda pelos grupos historicamente em posição de dominação. A desigualdade se reforça e as relações de poder se solidificam.

Outro ponto importante é a ausência de medidas que busquem conscientizar as trabalhadoras sobre assédio e formas de denúncia. Não se pode esperar que as trabalhadoras denunciem situações semelhantes quando algo tão grave não foi levado às instituições que compõem o ambiente de trabalho das entrevistadas, o que indica que não há abertura ou segurança para tal tipo de denúncia.

Pode-se concluir, por fim, através da análise dos dados apontados, que as trabalhadoras terceirizadas da Unifal – Campus Varginha estão inseridas em uma realidade de discriminação baseada nas relações desiguais entre homens e mulheres, permeadas, principalmente, pelo estereótipo e estranhamento do trabalho, supervalorizando, em vários momentos, a questão monetária e ignorando a vertente emancipatória que o trabalho tem como função. Porém, é importante ressaltar que estes resultados não buscam culpabilizar as trabalhadoras sobre sua situação, mas sim conscientizar acerca de quão grave é o estranhamento entre este grupo, fruto de uma ofensiva capitalista. Além disso, as trabalhadoras apresentam, na maioria dos casos, situação semelhante às trabalhadoras terceirizadas de outras pesquisas realizadas em outras instituições, como no caso dos momentos de descanso e lazer no estereótipo criado sobre homens e mulheres, havendo divergências apenas quanto à utilização de equipamentos de segurança e acidentes de trabalho.

REFERÊNCIAS

Abramo, Lais (1996). Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias Produtivas. *Anais do Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho*, Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.

Abramo, Lais (2010). Introdução. In Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Org.). *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios* (pp. 17-47). Brasília: Organização Internacional do Trabalho.

Alves, Giovanni (2011). Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. *Estudos de Sociologia*, 16(31), 409-420.

Alves, Giovanni (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Praxis.

Alves, Giovanni (2005). Trabalho, capitalismo e formas de salariedade: notas teórico-críticas. *O público e o privado*, 6, 109-128.

Andreatta, Rachel L. (2016). *O trabalho terceirizado no Brasil: uma representação da precarização? Da caracterização geral à especificidade do setor de limpeza em Santa Maria/RS no contexto dos anos 2000*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Antunes, Ricardo (2015). *Adeus trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Antunes, Ricardo (2013a). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.

Antunes, Ricardo (2013b). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In Ricardo Antunes (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 13-28). São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Araújo, Ângela M. C., & Ferreira, Verônica C. (2009). Terceirização e relações de gênero. In Denise M. Dau, Iram J. Rodrigues, & Jefferson J. Conceição (Orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso à precarização do trabalho* (pp. 129-150). São Paulo: Annablume/CUT.

Arruzza, Cinzia (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, 23, 33-58.

Bezerra, Osicleide L. (2006). *"Vai trabalhar, vagabundo": valores e representações sobre o trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Boni, Valdete & Quaresma, Silvia J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.

Brito, Valéria G. P., Marra, Adriana V., & Carrieri, Alexandre P. (2012). Práticas discursivas de trabalhadores terceirizados e construções sociais da identidade de exclusão. *Revista de Ciências da Administração*, 14(32), 77-91.

Brown, Heather (2014). Marx on gender and the family: a summary. *Monthly Review*, 66.

Cedro, Marcelo (2011). Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. *Revista Perspectivas Sociais*, 1(1), 125-135.

Chies, Paula V. (2010). Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Estudos Feministas*, 18(2), 507-528.

Cisne, M. (2005). Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. *Anais do Colóquio Marx e Engels*, Campinas, SP, Brasil, 4.

Costa, Márcia S. (2012). Terceirização: velhos dilemas e a necessidade de uma nova ordem. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 37.

Costa, Carmem L. (2015). A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado. *Revista Pegada*, 16(2), 275-292.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2017). *Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes*. Recuperado em 01 maio, 2017, de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, CUT. Central Única dos Trabalhadores (2014). *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: DIEESE/ CUT.

Druck, Graça (2013). A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In Ricardo Antunes (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 55-74). São Paulo: Boitempo.

Duarte, Rosália (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, 213-225.

Duarte, Rosália (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 115, 139-154.

Duarte, Giovana & Spinelli, Leticia M. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revistas Sociais & Humanas*, 32(2), 126-145.

Engels, Friedrich (2012). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (4a ed). São Paulo: Centauro.

Federici, Silvia (2004). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Filgueiras, Vitor A. (2014). Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência? Recuperado em 07 abril, 2017, de <https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/tercerizac3a7c3a3o-e-trabalho-anc3a1logo-ao-escravo1.pdf>.

Fraser, Márcia T. D. & Gondim, Sônia M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.

Furno, Juliane C. & Gomes, Beatriz P. (2015). O gênero da terceirização. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 12(1), 207-229.

Gill, Paul, Stewart, K., Treasure, E., & Chadwick, B. (2008). Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. *British Dental Journal*, 204(6).

Guedes, Moema C. & Araújo, Clara (2011). Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Gênero*, 12(1), 61-79.

Guimarães, Nadya A. (2001). Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. *Estudos Feministas*, 9(1), 82-102.

Irber, Beatriz G. C. S. (2016). *Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UNB: relatos de violência, invisibilidade e precarização*. Monografia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia Estatística (2012). *Pesquisa mensal de emprego – PME*.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia Estatística (2014). Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. *Estudos & Pesquisas*, 33.

Lisboa, Teresa K. (2004). Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizadas. *Mulher e Trabalho*, 4, 161-168.

Maar, Wolfgang L. (2006). A dialética da centralidade do trabalho. *Ciência e Cultura*, 58(4), 26-28.

Maior, Jorge L. S. (2006). Terceirização na Administração Pública: uma prática inconstitucional. *Revista LTr*, 70, 1307-1317.

Marques, Lilian A. & Sanches, Solange (2010). Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho: tendências recentes. In Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Org.). *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios* (pp. 51-79). Brasília: Organização Internacional do Trabalho.

Marx, Karl (2013). *O Capital: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo

Melo, Maria R. B. (2014). *Rendimentos e desigualdade de renda no Brasil no período 2004-2012: a contribuição da renda do trabalho da mulher na redução da desigualdade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Melo, Hildete P. & Sabbato, Alberto, Di. (2011). A estrutura econômica num prisma de gênero – PNAD/IBGE 2008. *Gênero*, 12(1), 23-59.

Moraes, Maria L. Q. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, 1(11), 89-97.

Neves, Magda A. (2000). Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In Maria I. B. Rocha (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (34a ed) (171-195). Campinas: ABEP.

Neves, Magda A. (2006). Trabalho e gênero: permanências e desafios. *Sociedade e Cultura*, 9(2), 257-265.

Neves, Magda A. (2012). Trabalho feminino, flexibilidade e qualificação. *Trabalho & Educação*, 21(2), 11-28.

Orr, Judith (2011). Marxismo e feminismo hoje. *Lutas Sociais*, 27, 132-143.

Ouriques, Helton R., & Garbin, Sandra (2007). Trabalho feminino e terceirização: um estudo de caso. *Anais do Encontro de Economia Catarinense*, Rio do Sul, SC, Brasil, 1.

Pinheiro, Luana S., Lima Junior, Antonio T., Fontoura, Natália O., & Silva, Rosane. (2016). *Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014*. Brasília: IPEA.

Prieb, Sérgio A. M., & Carcanholo, Reinaldo A. (2011). O trabalho em Marx. In Reinaldo A. Carcanholo. *Capital: essência e aparência* (pp. 147-161). São Paulo: Expressão Popular.

Reed, Evelyn (2009). *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Saffioti, Heleieth I. B. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes.

Santos, Elisabete, & Nóbrega, Ligia (2004). Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Mneme: Revista de Humanidades*, 5(11).

Sardenberg, Cecília M. B. (2004). O trabalho feminino no Brasil: desigualdades de gênero e contrastes regionais. In Cecília M. B. Sardenberg (Org.). *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste* (pp. 27-50). Salvador: NEIM/UFBA:REDOR:CNM/CUT.

Severo, Valdete S. (2016). Terceirização: o perverso discurso do mal menor. *Revista Síntese*, 322, 1-28.

Silva, Eliana C. A. (2012). *As mulheres e as muralhas do patriarcado e do capitalismo: terceirização e precarização do trabalho no sistema do capital*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Silvestre, Bruno M., Ferreira, Olívia C., & Amaral, Silvia C. F. (2016). O tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores terceirizados da vigilância da Unicamp: uma análise comparativa entre os gêneros. *Revista Brasileira de Ciência & Movimento*, 24(4), 110-120.

Souza, Elaine S. (2012). *A "maquiagem" do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza da Universidade Federal da Bahia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Souza, Filipe A. S. & Lemos, Ana H. C. (2015). Terceirização e resistência no Brasil: o Projeto de Lei 4.330 e a ação dos atores coletivos. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Belo Horizonte, MG, Brasil, XXXIX.

Toledo, Cecília (2001). Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. *Marxismo Vivo*, 2.

Van Dijk, Teun A. (2015). Critical discourse analysis. In Deborah Schiffrin, Deborah Tannen, & Heidi Hamilton (Eds.). *Handbook of discourse analysis* (pp. 466-485). Chicester: WileyBlackwell.

Van Dijk, Teun A. (2001). Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In Teun A. van Dijk (Ed.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 95-120). London: Sage.

Van Dijk, Teun A. (1996). Discourse, power and access. In Carmen R. Caldas-Coulthard, & Malcolm Coulthard (Eds.). *Texts and practices: reading in critical discourse analysis* (pp. 84-104). London: Routledge.

Van Dijk, Teun A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283.

MULHERES E DESIGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

RESUMO

O trabalho sempre esteve presente na história das sociedades. Porém, mudanças nas estruturas destas relações fizeram com que se desenvolvessem formas de exploração e opressão sendo uma delas a terceirização, a qual atinge, além das classes mais baixas, as minorias sociais, como as mulheres. Assim, tem-se como objetivo geral analisar as relações de trabalho das trabalhadoras terceirizadas no campus Varginha da Unifal, tendo como pontos específicos: a caracterização das trabalhadoras terceirizadas; compreensão do sentido do trabalho para as trabalhadoras terceirizadas e identificação as dificuldades e problemas enfrentados por mulheres terceirizadas dentro do ambiente de trabalho. Para isso, as trabalhadoras foram entrevistadas e os discursos analisados através da Análise Crítica do Discurso (ACD). Concluiu-se que o trabalho não é visto como algo emancipatório e que as trabalhadoras terceirizadas sofrem com exclusão, invisibilidade e discriminação por pertencerem a um grupo atingido pela precarização do trabalho e por serem mulheres.

Palavras-chave

Trabalho. Terceirização. Mulheres.

**MUJERES Y DESIGUALDAD EN EL MUNDO DEL TRABAJO: UN ANÁLISIS DE LOS
DISCURSOS DE LAS TRABAJADORAS TERCERIZADAS DE LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE ALFENAS**

RESUMEN

El trabajo siempre estuvo presente en la historia de las sociedades. Sin embargo, cambios en las estructuras de estas relaciones hicieron que se desarrollaran formas de explotación y opresión siendo una de ellas la tercerización, la cual alcanza, además de las clases más bajas, a las minorías sociales, como las mujeres. Así, se tiene como objetivo general analizar las relaciones de trabajo de las trabajadoras tercerizadas en el campus Varginha de la Unifal, teniendo como puntos específicos: la caracterización de las trabajadoras tercerizadas; comprensión del sentido del trabajo para las trabajadoras tercerizadas e identificación de las dificultades y problemas enfrentados por mujeres tercerizadas dentro del ambiente de trabajo. Para ello, las trabajadoras fueron entrevistadas y los discursos analizados a través del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Se concluyó que el trabajo no es visto como algo emancipatorio y que las trabajadoras tercerizadas sufren con exclusión, invisibilidad y discriminación por pertenecer a un grupo afectado por la precarización del trabajo y la discriminación de género.

Palabras-clave

Trabajo. Tercerización. Mujeres.

**WOMEN AND INEQUALITY INSIDE THE WORK WORLD: AN ANALYSIS OF THE
DISCOURSE FROM FEMALE OUTSOURCED WORKERS AT UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALFENAS**

ABSTRACT

Work has always been present in the history of societies. However, changes on these relations structures caused the development of exploration and oppression ways like outsourcing, which affects, besides lower classes, social minorities, like women. So, the main objective is to analyse the female outsourced workers work relations at UNIFAL-MG – Campus Varginha, having as specific points: characterization of the female outsourcing workers; comprehension of the meaning of work for the female outsourced workers and identification of difficulties and problems faced by female outsourced workers inside their working environment. For this, the female workers were interviewed and the discourses were analyzed by Critical Discourse Analysis. It was concluded that work isn't seen as something emancipatory, and that the female outsourced workers suffers from exclusion, invisibility and discrimination due to belonging to a group affected by labor deterioration and discrimination against woman.

Keywords

Work. Outsourcing. Women.

CONTRIBUIÇÃO

Jessica de Martins Sampaio

A autora declara que realizou a elaboração de toda a parte teórica, metodológica, assim como a coleta, transcrição, organização e análise dos dados e elaboração dos resultados e considerações finais. Também realizou adaptações e correções para o artigo.

Ana Carolina Guerra

A autora declara que realizou as atividades de orientação para o referido trabalho, e adaptações para o artigo. Além disso, declaro ter elaborado as alterações sugeridas pelos revisores, juntamente com a primeira autora deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

As autoras declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Sampaio, Jessica M. & Guerra, Ana Carolina (2020). Mulheres e desigualdade no mundo do trabalho: uma análise dos discursos das trabalhadoras terceirizadas da Universidade Federal de Alfenas. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(20), 875-940.